

Prefeitura Municipal de Hortolândia
Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoal

PROTOCOLO GERAL

No.: 6986/2020
Data/Hora: 12/11/2020 - 15:03:00
Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Assunto: JULIA RANY CAMPOS UZUN



Protocolo Geral Secretaria de Administração e Gestão de Pessoal

ESTE PROCESSO É DOCUMENTO PÚBLICO DE TRAMITAÇÃO EXCLUSIVA NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, NÃO PODENDO FAZER PARTE DE PROCESSOS DE OUTRAS PREFEITURAS, DE EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA, DE GOVERNOS ESTADUAIS, FEDERAL OU DE PROCESSOS JUDICIAIS.

IMPORTANTE SABER:

- 1 - Considera-se processo administrativo nos termos do Decreto 2.547 de 04/08/2011, o conjunto de documentos tendo como objetivo a tomada de decisão, baseada em despacho decisório.
- 2 - O Processo Administrativo pode ser iniciado pela autoridade competente ou a pedido do interessado e será composto pelo conjunto de papéis formado por requerimentos, documentos, atas de reunião, pareceres e informações instrutórias, necessárias à tomada de decisão.
- 3 - Assuntos que possam ser tratados por ofícios, memorandos, requerimentos padronizados e-mails ou comunicação internas, não serão autuados.
- 4 - Processos Administrativos autuados da Prefeitura do Município de Hortolândia são controlados e tramitados único e exclusivamente pelo Sistema de Controle de Processos e Protocolos - SCP2.
- 5 - É vedado apensar documentos na contracapa do processo. Caso, os documentos, sejam importantes para a instrução do assunto, os mesmos deverão ser juntados ao processo.
- 6 - As informações, pareceres e despachos constantes dos processos administrativos implicarão de modo absoluto, na responsabilidade funcional, civil e criminal de seus signatários.
- 7 - É vedado o despacho de VISTO, devendo a autoridade que contra assinar qualquer informação ou parecer manifestar-se expressamente, de acordo ou em desacordo com os mesmos que o processo seja remetido para simples ciência.
- 8 - As capas dos processos não poderão ser carimbadas, receber notas ou escritos de qualquer natureza.

Na presente data, autuo a Petição e documentos que adiante seguem.

Para constar esta autuação, eu _____

Subscrevi.

Elizetina Fabrão de Souza Braga
Chefe de Setor
Protocolo



Prefeitura Municipal de Hortolândia
SECRETARIA DE CULTURA

2
3

Hortolândia, 10 de novembro de 2020.

MI ADM nº. 245/2020

Protocolo: nº 24276/2020

Ao

Protocolo Geral

Assunto: Abertura de PMH | Lista de Homologados

Vimos solicitar abertura de processo conforme segue:

Interessado: Secretaria Municipal de Cultura

Assunto: Julia Rany Campos Uzun

Após a abertura do processo, remeter o mesmo à Secretaria Municipal de Cultura.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição para quaisquer

esclarecimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Atenciosamente,

PMH Nº 6986/2020

DATA 12, 11, 20

HORÁRIO 15:03


Tatiana Regina Pires da Silva


PROTOCOLO GERAL

Gerente de Divisão Administrativa

/trps



O sistema identificou que o CNPJ informado já está cadastrado como entidade cultural.



Valéria Asbahr
382.458.708-46 [Sair](#)



Suporte
[Contactar](#)



Dados da Empresa

Razão Social

JULIA RANY CAMPOS UZUN 31881100812

Situação do CNPJ

ATIVA

Nome Fantasia

Não informado

CNPJ

39.367.291/0001-96

Natureza Jurídica

EMPRESARIO (INDIVIDUAL)

CNAE

OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NAO ESPECIFI



Inscrição no(s) Sistema(s) de Cadastro de Cultura



Cadastros Estaduais de Cultura



Cadastros Municipais de Cultura

Sistema

Mapeamento Cultural

Identificação

MEI 194



Cadastro Distrital de Cultura



Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura



Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura



Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic)



Sistema de Apoio às Leis de incentivo à Cultura (Salic)



Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab)

☐ Outros cadastros referentes a atividades culturais existentes



Segmento Cultural de Atuação Principal

☐ Artes Cênicas ?

☐ Audiovisual

☐ Música

☒ Artes Visuais ?

☒ Patrimônio Cultural Material e Imaterial ?

☐ Museus e Memória

☐ Humanidades ?

CNAE da Cultura

Caso a empresa cadastrada possua um código CNAE diferente do CNAE associado a Cultura, alerta será apresentado. Não haverá nenhum impedimento para a realização do cadastro, mas esse fato poderá influenciar a decisão para a concessão do auxílio.

Natureza Jurídica da Cultura:

Caso a empresa cadastrada possua uma natureza jurídica diferente da natureza jurídica associada

Cultura, um alerta será apresentado. Não haverá nenhum impedimento para a realização do cadastro.

mas esse fato poderá influenciar a decisão para a concessão do auxílio.

Informações sobre cadastro

Para seguir com a operação, é necessário informar ao menos um sistema ao qual o agente da cultura está cadastrado. Em alguns casos, será necessário preencher informações adicionais sobre o cadastro, conforme descrito abaixo:

- Sistema: Informar o nome do sistema que o agente faz parte.
- Identificador: Informar forma de identificação do agente nesse sistema. Pode ser um código, matrícula ou qualquer outra referência utilizada.

Informações sobre Segmento Cultural

Para seguir com a operação, é necessário informar ao menos um segmento cultural ao qual o agente da cultura está relacionado.



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 1039

Prefeitura Municipal de Hortolândia | www.hortolandia.sp.gov.br

sexta-feira, 6 de novembro de 2020

2020 a 22 de novembro de 2020. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito "ex tunc".

PORTARIA Nº 2644/2020 - Considerando os elementos constantes do PMH nº 16686/2017. **Art. 1º Conceder** ao (à) servidor (a) **IVANETE VASCONCELOS RIBAS**, matrícula funcional nº. 210002, titular do cargo de provimento efetivo de Agente de Gestão, especialidade Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, **licença prêmio em descanso**, referente ao período aquisitivo de 11 de março de 2010 a 09 de abril de 2015, nos termos do art. 152, da lei municipal nº 2004/2008. **Art. 2º** O período de concessão de licença prêmio é de 60 (sessenta) dias, de **03 de novembro de 2020 a 01 de janeiro de 2021**. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito "ex tunc".

PORTARIA Nº 2645/2020 - Considerando os elementos constantes do PMH nº 16306/2018. **Art. 1º Conceder** ao (à) servidor (a) **VALDIR DONISETE DE OLIVEIRA**, matrícula funcional nº. 10867100, titular do cargo de provimento efetivo de Agente de Infraestrutura, especialidade Pedreiro, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, **licença prêmio em descanso**, referente ao período aquisitivo de 16 de outubro de 2013 a 15 de outubro de 2018, nos termos do art. 152, da lei municipal nº 2004/2008. **Art. 2º** O período de concessão de licença prêmio é de 60 (sessenta) dias, de **03 de novembro de 2020 a 01 de janeiro de 2021**. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito "ex tunc".

PORTARIA Nº 2646/2020 - Considerando os elementos constantes do PMH nº 1662/2017. **Art. 1º Conceder** ao (à) servidor (a) **MIRIAN SILVA SELLA**, matrícula funcional nº. 4414800, titular do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Básica, especialidade Ensino Fundamental, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, **licença prêmio em descanso**, referente ao período aquisitivo de 27 de setembro de 2011 a 20 de junho de 2017, nos termos do art. 152, da lei municipal nº 2004/2008. **Art. 2º** O período de concessão de licença prêmio é de 30 (trinta) dias, de **03 de novembro de 2020 a 02 de dezembro de 2020**. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito "ex tunc".

PORTARIA Nº 2647/2020 - Considerando os elementos constantes do PMH nº 10465/2016. **Art. 1º Conceder** ao (à) servidor (a) **PATRICIA MORAES PEDRO**, matrícula funcional nº. 5122501, titular do cargo de provimento efetivo de Agente Políticas Sociais, especialidade Assistente de Alunos, lotado (a) na

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, **licença prêmio em descanso**, referente ao período aquisitivo de 24 de abril de 2013 a 19 de julho de 2015, nos termos do art. 152, da lei municipal nº 2004/2008. **Art. 2º** O período de concessão de licença prêmio é de 30 (trinta) dias, de **19 de novembro de 2020 a 18 de dezembro de 2020**. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2648/2020 - Considerando os elementos constantes do PMH nº 13802/2018. **Art. 1º Conceder** ao (à) servidor (a) **MARCELO BARBOSA ALVES**, matrícula funcional nº. 8293701, titular do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, especialidade 3ª Classe, lotado (a) na Secretaria Municipal de Segurança, **licença prêmio em descanso**, referente ao período aquisitivo de 06 de agosto de 2013 a 05 de agosto de 2018, nos termos do art. 152, da lei municipal nº 2004/2008. **Art. 2º** O período de concessão de licença prêmio é de 30 (trinta) dias, de **02 de novembro de 2020 a 01 de dezembro de 2020**. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito "ex tunc".

PORTARIA Nº 2649/2020 - Considerando os elementos constantes do PMH nº 7972/2013. **Art. 1º Conceder** ao (à) servidor (a) **SAULO DA SILVA FONSECA**, matrícula funcional nº. 8520000, titular do cargo de provimento efetivo de Instrutor Prat Desportiva, lotado (a) na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, **licença prêmio em descanso**, referente ao período aquisitivo de 21 de maio de 2008 a 20 de maio de 2013, nos termos do art. 152, da lei municipal nº 2004/2008. **Art. 2º** O período de concessão de licença prêmio é de 45 (quarenta e cinco) dias, de **09 de novembro de 2020 a 23 de dezembro de 2020**. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2650/2020 - Considerando os elementos constantes do PMH nº 4245/2019. **Art. 1º Conceder** ao (à) servidor (a) **PRISCILA GARCIA DE AZEVEDO**, matrícula funcional nº. 9350501, titular do cargo de provimento efetivo de Agente Políticas Sociais, especialidade Educador Infantil, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, **licença prêmio em descanso**, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2016 a 18 de fevereiro de 2019, nos termos do art. 152, da lei municipal nº 2004/2008. **Art. 2º** O período de concessão de licença prêmio é de 47 (quarenta e sete) dias, de **03 de novembro de 2020 a 19 de dezembro de 2020**. **Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito "ex tunc".

Secretaria Municipal de Cultura

LISTA DE HOMOLOGADOS DO INCISO II - LEI ALDIR BLANC

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia, previsto no Decreto nº 4605/2020, se reuniu conforme cronograma oficial e analisou os cadastros realizados para pleitear o recebimento do recurso referente ao decreto mencionado, tornando pública a primeira homologação dos cadastrados.

Nome	CPF/CNPJ	Nº de Parcelas	Valor Unitário	Total
Adley de Andrade de Amorim-ME	12.319.578/0001-94	2	3.000,00	6.000,00
Anike Shakur	32.976.683/0001-03	2	3.000,00	6.000,00
Ari Bezerra da Silva	18.315.662/0001-16	2	3.000,00	6.000,00
Camilla Jorge de Lacerda	27.620.887/0001-77	2	3.000,00	6.000,00
CC Ghiselli Comércio de Fogos de Artíficos ME	24.889.806/0001-40	2	6.000,00	12.000,00
Daniel Irineu Miranda de Oliveira	30.951.093/0001-09	2	3.000,00	6.000,00
Daniel Oliveira Gonçalves	329.340.018-30	1	3.000,00	3.000,00
Eleonora Ap. Alves de Souza Domingos	68.748.918-04	2	6.000,00	12.000,00
Evandro de Alencar Sobreira	119.450.048-00	1	3.000,00	3.000,00
Evelyn Paruci Ribeiro Dinis Tenreiro	18.901.536/0001-43	2	3.000,00	6.000,00
Felipe Alves Tavares	460.881.068-59	1	3.000,00	3.000,00
Gislaine Cristina Nogueira	22.962.699/0001-03	2	6.000,00	12.000,00
Genildo Teolbado dos Santos	151.135.958-70	1	3.000,00	3.000,00
Ivanilda Gomes do Amaral	771.827.749-68	1	3.000,00	3.000,00
Julia Rany Campos Uzun	39.367.291/0001-96	2	3.000,00	6.000,00



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 1039

Prefeitura Municipal de Hortolândia | www.hortolandia.sp.gov.br

sexta-feira, 6 de novembro de 2020

Joycee Tayna de Carvalho Viana	34.656.005/0001-99	2	3.000,00	6.000,00
Juraci dos Santos Moreira	31.506.656/0001-04	2	3.000,00	6.000,00
Leandro Ferreira Santos	11.586.453/0001-68	2	3.000,00	6.000,00
Leonardo Lopes Ferreira	213.403.988-42	2	3.000,00	6.000,00
Leticia Cristina Ribas	28.309.627/000-48	2	3.000,00	6.000,00
Mary Hellen Silva Braga	29.461.551/0001-34	2	3.000,00	6.000,00
Minor Nogueira Rosa	29.973.560/0001-04	2	3.000,00	6.000,00
Misael Nunes Silva	21.206.035/0001-51	2	3.000,00	6.000,00
N. G. Filho Eventos	17.678.393/0001-90	2	3.000,00	6.000,00
Rafael Ghiraldelli da Silva	35.881.687/0001-04	2	3.000,00	6.000,00
Rafael dos Santos Vieira	13.763.716/0001-92	2	6.000,00	12.000,00
Raquel Oliveira Alves	37.730.778/0001-66	2	3.000,00	6.000,00
Regina Pereira Lima	29.048.614/0001-25	2	3.000,00	6.000,00
Robson Luis Roberto	249.266.26-37	1	3.000,00	3.000,00
Rodrigo Alves Domingos ME	11.625.493/0001-71	2	3.000,00	6.000,00
Sarah Cristina Velloso	19.717.386/0001-85	2	3.000,00	6.000,00
Servia Aparecida Candida dos Santos	345.291.628-69	2	3.000,00	6.000,00
Suzana Alves da Silva	29.728.354/0001-39	2	3.000,00	6.000,00
Tatiana Helena Goes	311.337.588-60	2	3.000,00	6.000,00
Thairine Barbosa Silva	28.909.759/0001-00	2	3.000,00	6.000,00
Uelber Assis	28.956.725/0001-77	2	3.000,00	6.000,00
Vanessa de Jesus Reis	24.267.693/0001-41	2	3.000,00	6.000,00

Avaliação para a homologação

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia avaliou o mapeamento cultural de acordo com os seguintes parâmetros de interpretação:

1. Área Cultural/Artística – Qual a área de atuação do grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento, a título de conhecimento do segmento.
2. Tipo/Natureza – Qual a natureza jurídica de formação/atuação deste ou desta grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento, entre outros; sua representação jurídica (CPF ou CNPJ), a título de conhecimento.
3. Análise dos CNAEs – Avaliação da atividade principal/ secundária ou além da especificada.
4. Missão – Qual o propósito institucional e/ou social deste grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento, a título de conhecimento.
5. Custos Fixos – A avaliação nesse tópico é feita pela quantidade de custos fixos que o grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento possui.
6. Prejuízos com a Pandemia – Esse tópico refere-se a prejuízos ocorridos dentro do período de pandemia, ou seja, do mês de Março/2020 em diante.
7. O cadastro para o preenchimento do Mapamento Cultural continua aberto no site: www.mapadacultura.hortolandia.sp.gov.br. A data limite para pleitear o recurso foi até o dia 15 de outubro conforme publicação em decreto.

Definição de critérios para definição de valores e parcelas

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia avaliou os critérios constantes no Capítulo VIII, do Decreto nº 4605/2020 para definição de valores e parcelas.

Informes Gerais aos Cadastrados

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia a fim de esclarecer pontos referentes ao cadastramento, validação e repasse dos recursos, informa:

A veracidade das informações é de responsabilidade do cadastrado responsável pelas mesmas e demais documentos comprobatórios que podem ser solicitados em prestação de contas futura, que será realizada pelo beneficiário e analisada/aprovada pelo Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia.

A relação dos cadastros listados acima cumpriram todos os critérios avaliatórios mencionados nesta publicação. Portanto, foram considerados habilitados para pleitear o recurso referente ao inciso II do art. 2º da Lei Aldir Blanc.

O simples deferimento do cadastro, ou participação do grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento na listagem não garante o recebimento do recurso previsto no Decreto nº 4605/2020. É necessário, nesta primeira etapa, o preenchimento dos formulários e anexos (Autodeclaração e Plano de Trabalho) que constam no Mapa da Cultura (www.mapadacultura.hortolandia.sp.gov.br). E após a realização da contrapartida e o pagamento das despesas, preencher o formulário e anexo da Prestação de Contas, que constam no site mencionado acima.

Conforme Cronograma Oficial de andamento dos trabalhos do Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia, o prazo para preenchimento dos formulários e anexos se iniciam a partir da data da publicação deste ato, até 15 dias corridos.

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia ressalta a importância da veracidade das informações prestadas.



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 1039

Prefeitura Municipal de Hortolândia | www.hortolandia.sp.gov.br

sexta-feira, 6 de novembro de 2020

Os integrantes do Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia estão de acordo com as informações do referido documento e assinam o deferimento.

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Alessandra Amora Barchini - Presidente

Anderson Zotesso Rodrigues - Membro

Fabiana Gomes da Silva Tavares Panício - Membro

Valmerinda Guilherme da Silva - Membro

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Carlos Alberto Adão - Segmento: Música e Oficinas Culturais

Fernando Ricardo Ladeia - Segmento: Teatro

Hélio Domingues da Luz (Cabelin) - Segmento: Graffiti

Sarah Juliatt - Segmento: Coletivo Cultura na Base

Alessandra Amora Barchini

Secretária de Cultura

Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

ATA 08-2020

Aos dia um do mês de outubro de dois mil e vinte, deu início às dezenove horas e treze minutos, através do programa virtual GOOGLE MEET ocorreu a oitava reunião ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Hortolândia com a presença dos seguintes conselheiros: Representantes de Órgãos Públicos: Secretaria do Governo: Regina Ap. dos Santos Loureiro; Secretaria da Cultura: Fátima S. Messias de Oliveira; Secretaria da Educação: Regina Célia Shigemoto; Secretaria de Esporte: ausente; Secretaria de Inclusão Desenvolvimento Social: ausente; Secretaria de Planejamento Urbano: ausente; Secretaria da Saúde: Kedma Teixeira Montedori, Ivanilde Martins Antonelli. Entidades de Pessoas com Deficiência – CCART: Maria do Carmo Aladio; CADEF: ausente. Outras representatividades: Priscila Silvana de Paula Silva: Autismo; Deficiente Auditivo: ausente; Deficiente Intelectual: Ivonete de Moraes; Deficiência Física: Andressa Galdina de Alcântara. Sociedade Civil: Alexandre Rodnei Amaro; Andrea Cristina Ferreira. Tendo como pauta proposta: 1) Leitura da Ata da reunião anterior; 2) PL sobre as Datas de Conscientização; 3) CIPTEA – Carteira do Autista; 4) PL sobre esporte; 5) AMAAH-SP – Associação de Mães e Amigos do Autista de Hortolândia – São Paulo. 6) Reformulação das comissões; 7) Mudança no organograma do Conselho que estava na Secretaria da Inclusão para a Secretaria de Governo; 8) Assiduidade nas reuniões: atenção ao número de faltas; 9) Informes. A Presidente deu início a reunião perguntando como todos estavam devido a quarentena. Em seguida a Secretária leu a ata da reunião anterior. A presidente sugeriu que a PL das Datas de Conscientização fosse refeita e para que as propostas de políticas públicas fossem retiradas para posteriormente fazer um projeto de lei em parceria com todas as Secretarias. A presidente propôs que a PL sobre esporte fosse feita de uma forma mais tranquila. O conselheiro Alexandre Amaro afirmou que em nenhuma cidade foi liberado o esporte pelas prefeituras, mas se todas as medidas de proteção forem tomadas o esporte pode voltar. Logo em seguida a conselheira Priscila

Silvana de Paula Silva apresentou a AMAAH-SP: Associação de Mães e Amigos do Autista de Hortolândia – São Paulo, uma entidade que veio para acolher e orientar a comunidade autista da cidade. A vice-presidente Sra. Regina Loureiro falou sobre a CIPTEA explicando que o Decreto já estava com a Secretaria de Governo e que a PL sobre a CIPTEA estava no jurídico da prefeitura. A conselheira Ivonete de Moraes sugeriu que deveria ter uma Lei para amparar financeiramente as mães que dedicam sua vida a seus filhos deficientes, e quando eles morrem, as mesmas não ficassem desamparadas, pois a mãe abre mão da vida profissional para se dedicar ao cuidado do filho. A presidente propôs que as comissões fossem refeitas, principalmente a comissão de visita, mas os conselheiros que participam não aceitaram a mudança, quiseram permanecer. Foi proposto que no lugar da conselheira Nicéia Tenório que participava da comissão de visita, ficasse o conselheiro Alexandre Amaro. Houve aprovação de todos. A presidente propôs que fosse aceito a mudança do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência que antes estava ligada a Secretaria de Inclusão de Desenvolvimento Social para a Secretaria de Governo. Houve a aprovação de todos os presentes. Foi proposto que fosse feito um ofício para as Secretarias na qual os indicados não estão comparecendo as reuniões do Conselho. Foi discutido que na cidade não tem uma Lei sobre políticas públicas para o deficiente. A conselheira Regina Célia Shigemoto trouxe um caso de uma família que está sendo atendida pelo CAPS. A vice-presidente disse também que já está tendo reuniões para que haja uma política pública para os deficientes na cidade mais efetiva. Essa reunião através do aplicativo GOOGLE MEET encerrou as vinte horas e trinta e cinco minutos. Eu Priscila Silvana de Paula Silva Primeira Secretária e a Presidente Andressa Galdina Alcântara, assinamos a presente ATA após leitura e aprovação pelo conselho.

Priscila Silvana de Paula Silva
1ª Secretária

Andressa Galdina Alcântara
Presidente

Cadastro 99

Formulário - Autodeclaração de Espaço Cultural/Outros (Anexo I)

Apresento esta AUTODECLARAÇÃO para pleitear o subsídio previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei Federal 14.017/2020, conforme dados descritos no presente formulário.

Nome completo do Representante ou Responsável Legal do Espaço Cultural/Outro, de acordo com o Registro Civil *

Julia Rany Campos Uzun

CPF *

31001100812

R.G (Registro Geral) *

278998082

Nacionalidade *

Brasileira

Residente e domiciliado no endereço (Rua/Avenida, nº, complemento) *

Rua Eusébio de Queiroz, 1217

Bairro *

Jardim Amanda I

CEP *

13188002

Telefone com DDD

19 3909-3909

Celular com DDD *

16 98103-6073

E-mail *

contatocliproducoes@gmail.com

Representante ou Responsável Legal pelo Espaço Cultural/Outro denominado *

Clio Produções

Identificação do Espaço Cultural e Artístico / Outro

Nome do Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento, entre outros. (Utilizar o nome constante do CNPJ, caso tenha)

Clio Produções

Número do CNPJ (Espaço cultural formal/Outro, caso tenha)

39.367.291/0001-96

Situado e em atividade legal no município de Hortolândia, Estado de São Paulo, no endereço (Rua/Avenida, nº, complemento)

Rua Eusébio de Queiroz, 1217

Bairro

Jardim Amanda I

CEP

13188002

Telefone com DDD

19 3909-3909

Celular com DDD

16 98103-6073

E-mail

contatoclioproducoes@gmail.com

Site

Facebook

Instagram

Youtube

Tik Tok

Enquadramento no Inciso II *

- ☒ Microempreendedor Individual (MEI)
- ☐ Espaço Cultural
- ☐ Grupo ou Coletivo Cultural
- ☐ Empresa, Entidade ou Cooperativa
- ☐ Evento Regular

Forma de propriedade do espaço físico utilizado (Selecione a melhor opção que identifica o local) *

- ☐ Público
- ☐ Público ou privado cedido
- ☒ Próprio
- ☐ Alugado
- ☐ Financiados em pagamento

Identificação dos membros do grupo/coletivo cultural, caso seja (identifique até 10 membros do Coletivo Cultural com nome completo e CPF ou RG)

Julia Rany Campos Uzun 31881100812

Identifique as principais áreas de atuação do Espaço Cultural/Outro *

- ☐ Teatro
- ☐ Circo
- ☐ Dança
- ☐ Música
- ☐ Artes visuais
- ☐ Artesanato
- ☐ Artes Plásticas
- ☐ Audiovisual e multimeios
- ☐ Capoeira
- ☐ Carnaval
- ☐ Cultura Afro brasileira
- ☐ Cultura alimentar
- ☐ Cultura geek
- ☐ Cultura caiçara
- ☐ Cultura indígena
- ☐ Cultura popular
- ☐ Cultura urbana
- ☐ Design
- ☐ Diversidade sexual
- ☒ Patrimônio histórico, cultural e memória
- ☐ Literatura e quadrinhos
- ☐ Mídia arte
- ☐ Moda
- ☒ Produção cultural
- ☐ Organização de eventos

☐

Outro: _____

Indique as principais atividades exercidas *

☐

Apresentações

☒

Aulas, oficinas e workshops

☐

Eventos

☒

Palestras e debates

☐

Ensaaios e produção de obras

☐

Exposições

☐

Shows

☐

Exibição de vídeos

☒

Produção de conteúdo digital

☐

Produção de material cenográfico, figurino e adereços

☐

Luthieria

☐

Gravação de áudio

☐

Gravação de vídeo

☐

Fotografia

☐

Outro: _____

Atividade artística e cultural que melhor qualifica a atuação do Espaço Cultural/Outro (art. 8º da Lei Federal 14.017/2020) *

- ☐ Pontos e pontões de cultura
- ☐ Teatros independentes
- ☐ Escola de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias de dança
- ☐ Circos
- ☐ Cineclubes
- ☐ Centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais
- ☐ Museus comunitários, centros de memória e patrimônio
- ☐ Bibliotecas comunitárias
- ☐ Espaços culturais em comunidades indígenas
- ☐ Centros artísticos e culturais afro-brasileiros
- ☐ Comunidades quilombolas
- ☐ Espaços de povos e comunidades tradicionais
- ☐ Festas populares, inclusive o Carnaval e o São João, e de outras de caráter regional
- ☐ Teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos
- ☐ Livrarias, editoras e sebos
- ☐ Empresas de diversões e produção de espetáculos
- ☐ Estúdios de fotografia
- ☐ Produtoras de cinema e audiovisual
- ☐ Ateliês de pintura, moda, design e artesanato
- ☐ Galerias de arte e de fotografias
- ☐ Feiras de arte e de artesanato
- ☐ Espaços de apresentação musical
- ☐ Espaços de literatura, poesia e literatura de cordel
- ☐ Espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares



Outros espaços a atividades artísticas e culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 7º da Lei Fderal 14.017/2020

Valor médio das receitas mensais entre Junho/2019 a Maio/2020 *

- ☐ Até R\$ 3.000,00
- ☒ De R\$ 3.000,01 a R\$ 6.000,00
- ☐ De R\$ 6.000,01 a R\$ 10.000,00
- ☐ Acima de R\$ 10.000,01

Tabela de Despesas e Declarações

Nesta seção deverão ser informados as despesas mensais em reais (R\$) com a manutenção do Espaço Cultural/Outros; com a manutenção das atividades culturais e artísticas e com os funcionários vinculados ao Espaço Cultural/Outros; valor mensal total com salários e as declarações.

O arquivo do ANEXO I - Autodeclaração de Espaço Cultural/Outros deverá ser preenchido, assinado e adicionado nessa seção.

Arquivo da Tabela de Despesas e Declarações *

ANEXO_I_AUTOD...

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

Cadastro 99

Eu,
(Nome completo do Representante ou Responsável Legal do Espaço Cultural/Outro, de acordo com o Registro Civil)

CPF nº Registro Geral (RG) nº:

Nacionalidade: Residente e domiciliado no endereço:

Rua/avenida:

Nº: Bairro/localidade:

CEP: Telefone / Celular:

E-mail de contato:

Representante ou Responsável Legal pelo Espaço Cultural/Outro denominado:

Apresento esta AUTODECLARAÇÃO para pleitear o subsídio previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei Federal 14.017/2020, conforme dados descritos no presente documento:

IDENTIFICAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL E ARTÍSTICO / OUTRO

Nome do Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento, entre outros.

(Utilizar o nome constante do CNPJ, caso tenha):

Número do CNPJ (Espaço cultural formal/outro, caso tenha):

Situado e em atividade legal no município de Hortolândia, Estado de São Paulo, no endereço:

Rua/avenida:

Nº: Bairro/localidade:

CEP: Telefone de contato:

E-mail de contato:

Site:

Facebook:

Instagram:

Youtube:

Tik Tok:

ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO, MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS

Despesas mensais em reais (R\$) com a manutenção do Espaço Cultural/Outro (água, luz, internet, transporte, telefone, aluguel) excluídas as despesas referentes à vínculo empregatício). O período de caracterização das despesas compreende o período de vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020 (de 20 de março à 31 de dezembro de 2020).

(No preenchimento dos meses de Novembro e Dezembro, pode-se considerar a média do mês sem utilização do espaço e na Prestação de Contas – ANEXO III, colocar o real valor da despesa. Essa situação não se refere à(s) despesa(s) de valor(es) fixo(s)).

	Água	Luz	Internet	Transporte	Telefone	Aluguel	TOTAL
Março	50,00	135,00	140,00	780,00	130,00	-	1235,00
Abril	50,00	178,74	140,00	832,02	130,00	-	1330,76
Maió	50,00	188,83	140,00	380,00	130,00	-	888,83
Junho	50,00	203,00	140,00	390,00	130,00	-	913,00
Julho	50,00	220,00	140,00	460,00	130,00	-	1000,00
Agosto	54,00	260,00	150,00	380,00	130,00	-	974,00
Setembro	54,00	226,99	140,00	460,00	130,00	-	1010,99
Outubro	50,00	208,43	140,00	505,00	130,00	-	1033,43
Novembro	50,00	220,00	140,00	525,00	130,00	-	1065,00
Dezembro	50,00	220,00	140,00	525,00	130,00	-	1065,00
TOTAL							10.516,01

Cite outras despesas mensais em reais (R\$) com a manutenção do espaço e das atividades culturais e artísticas (O período de caracterização das despesas compreende o período de vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020 (de 18 de março à 31 de dezembro de 2020)):

							TOTAL
Março							
Abril							
Maió							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro	58,25						58,25
Novembro	58,25						58,25
Dezembro	58,25						58,25
TOTAL							174,25
TOTAL GERAL							10.690,26

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

Funcionários vinculados ao Espaço Cultural/Outro e valor mensal total com salários (informe o número de funcionários e o valor mensal total dos salários). O período de caracterização do valor mensal total com salários compreende ao período anterior à vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020 (de 18 de março à 31 de dezembro de 2020):

	Número de funcionários	Valor mensal total com salários
Funcionários Formais (CLT)	0	0
Funcionários Informais (contrato temporário ou outro)	0	0
TOTAL	0	0

Caso receba o subsídio mensal, irá auxiliar o Espaço Cultural/Outro na manutenção de empregos?

- ☐ Sim, pretendo manter todos os funcionários formais e informais
- ☐ Sim, pretendo manter funcionários formais
- ☐ Sim, pretendo manter funcionários informais
- ☐ Sim, e ainda pretendo contratar formais Informais
- ☐ Não, pois vou demitir funcionários formais funcionários informais
- ☒ Outro:

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

DECLARAÇÕES

- ☒ DECLARO que o Espaço Cultural/Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento, no qual respondo como Representante ou Responsável Legal, está inscrito no Mapeamento Cultural de Hortolândia.
- ☒ DECLARO, como Representante ou Responsável Legal, que o(a) Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento tem finalidade cultural e teve suas atividades interrompidas em decorrência das medidas de isolamento social devido à pandemia COVID-19, conforme dispõe o Inciso II do artigo 2º da Lei Federal 14.017/2020.

Informe o período de interrupção das atividades culturais e artísticas, a partir de março de 2020

As atividades foram interrompidas a partir de 06 de abril de 2020.

- ☒ DECLARO, como Representante ou Responsável Legal, que o Espaço Cultural não é criado pela administração pública de qualquer esfera ou vinculado a ela, bem como, não possui vínculos com fundações, institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais, e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S, conforme vedação prevista no parágrafo único do Art. 8º da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc).
- ☒ DECLARO que, sou Representante ou Responsável Legal pela gestão do Espaço Cultural/Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento e que vou solicitar apenas este benefício, em todo território nacional, sem recebimento cumulativo, conforme vedação prevista no § 3º do artigo 7º da Lei Federal 14.017/2020.
- ☒ DECLARO também que, estou CIENTE que somente poderei utilizar os recursos recebidos em gastos relativos à manutenção da atividade cultural, realizadas com: internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário.
- ☒ DECLARO que, como Representante ou Responsável Legal do Espaço Cultural/Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento, em recebendo o subsídio, COMPROMETO-ME a apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício à Secretaria de Cultura de Hortolândia e ao Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização, em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio, nos termos do Art. 10 da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc).
- ☒ DECLARO que, como Representante ou Responsável Legal do Espaço Cultural/Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento, em recebendo o benefício do subsídio, quando forem permitidos os eventos presenciais, COMPROMETO-ME em garantir como contrapartida, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, em espaços públicos, praças e parques da cidade, de forma gratuita, em intervalos regulares e em cooperação e planejamento definido com a Secretaria de Cultura e o Comitê Gestor de

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

Acompanhamento e Fiscalização, assim como em equipamentos públicos municipais e que poderão ser destinadas aos alunos de escolas públicas.

Para tanto, submeto como proposta de contrapartida do Espaço Cultural/Outro, a realização das seguintes atividades presenciais gratuitas em bens ou serviços economicamente mensuráveis:

Atividades propostas em bens ou serviços:	R\$
Mapeamento dos bens naturais (praças e parques) do município de Hortolândia. No mapeamento, será levantada a história destes bens, seus usos ao longo do tempo e a sua importância como patrimônio natural da cidade. O mapeamento será apresentado em forma de catálogo (em versão online, como um e-book) para consulta pública, sendo disponibilizado na Secretaria de Cultura	2000,00
TOTAL	2000,00

☒ **DECLARO**, para os devidos fins, que atuei social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural no mínimo 12 meses, conforme lista de atividades apresentadas a seguir:

MÊS/ANO	ATIVIDADES REALIZADAS
Junho/2019	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Julho/2019	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Agosto/2019	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Setembro/2019	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Outubro/2019	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Novembro/2019	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Dezembro/2019	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Janeiro/2020	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Fevereiro/2020	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Março/2020	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Abril/2020	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional
Mai/2020	Projeto Cidades Brasileiras – divulgação do patrimônio nacional

Observação: caso não tenha desenvolvido atividades em um ou mais meses relacionados no formulário acima, preencha o campo com a expressão “Atividades interrompidas” a partir do momento em que tenham ocorrido as interrupções.

☒ **DECLARO** que estou CIENTE e AUTORIZO o acesso e uso dos meus dados para validação das informações apresentadas nesta autodeclaração, bem como atestar o cumprimento de todos os critérios exigidos pela Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc) para o recebimento do subsídio mensal.

☒ **DECLARO** que todas as informações constantes nesta Autodeclaração de Espaço Cultural/Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento **são verdadeiras e de minha**

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

inteira responsabilidade, e estarei sujeito às penalidades e sanções administrativas, civis e criminais previstas na legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, artigos 171 e 299 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal).

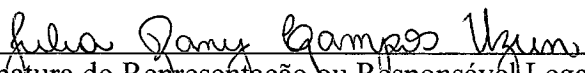
DADOS COMPLEMENTARES – BANCÁRIOS (O objetivo destas informações é para agilização das operações de futuros repasses de subsídios, conforme prevê a Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc). Informe a conta corrente, agência e o banco que deseja receber o subsídio. Se o Espaço cultural é mantido ou organização por Pessoa Física ou Coletivo cultural, a conta bancária deve estar ativa e em nome da Pessoa Física do Representante ou Responsável Legal).

Titular da Conta:

Banco:

Número da agência: Número da Conta corrente (001):

Hortolândia/SP, 11 / 11 / 2020


Assinatura do Representação ou Responsável Legal

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

**Espaço dedicado ao parecer do Comitê Gestor de Acompanhamento
e Fiscalização da Lei Aldir Blanc**

(Não preencher)

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

--

Cadastro 83

Formulário - Plano de Trabalho (Anexo II)

Apresento este PLANO DE TRABALHO como requisito para pleitear subsídio previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei Federal 14.017/2020, e conforme dados descritos no presente formulário

Nome completo do Representante ou Responsável Legal do Espaço Cultural/Outro, de acordo com o Registro Civil *

Julia Rany Campos Uzun

CPF *

31881100812

R.G (Registro Geral) *

278998082

Nacionalidade *

Brasileira

Residente domiciliado no endereço (Rua/Avendida, nº, complemento) *

Rua Eusébio de Queiroz, 1217

Bairro *

Jardim Amanda I

CEP *

13188002

Telefone com DDD

1939093909

Celular com DDD *

16981036073

E-mail *

contatoclioproducoes@gmail.com

Representante ou Responsável Legal pelo Espaço Cultural/Outro denominado *

Clio Produções

Identificação do Espaço Cultural e Artístico / Outro

Nome do Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento, entre outros. (Utilizar o nome constante do CNPJ, caso tenha)

Clio Produções

Número do CNPJ (Espaço Cultural formal/Outro, caso tenha)

39367291000196

Situado e em atividade legal no município de Hortolândia, Estado de São Paulo, no endereço (Rua/Avenida, nº, complemento)

Rua Eusébio de Queiroz, 1217

Bairro

Jardim Amanda I

CEP

13188002

Telefone com DDD

1939093909

Celular com DDD

16981036073

E-mail

contatoclioproducoes@gmail.com

Site

Facebook

Instagram

Youtube

Tik Tok


Enquadramento no Inciso II *

- ☒ Microempreendedor Individual (MEI)
- ☐ Espaço Cultural
- ☐ Grupo ou Coletivo Cultural
- ☐ Empresa, Entidade ou Cooperativa
- ☐ Evento Regular

Plano de Trabalho a realizar

Descrição sumário de contrapartida social a ser realizada pelo beneficiário do art. 2º do inciso II da Lei Federal 14.017/2020, contendo: descrição da atividade, evento, ação, produto ou serviço de caráter cultural economicamente mensurável pelo beneficiário, incluindo data, local (is), público-alvo e estimativa de público.
O arquivo do ANEXO II - Plano de Trabalho deverá ser preenchido, assinado e adicionado nessa seção.

Arquivo do Plano de Trabalho *

 ANEXO-II-PLANO...

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO II - PLANO DE TRABALHO

Cadastro 83

Eu, **Julia Rany Campos Uzun**

(Nome completo do Representante ou Responsável Legal do Espaço Cultural/Outro, de acordo com o Registro Civil)

CPF nº **318 . 811 . 008 - 12** Registro Geral (RG) nº: **278998082**

Nacionalidade: **Brasileira**

Residente e domiciliado no endereço:

Rua/avenida: **Rua Eusébio de Queiroz**

Nº: **1217** Bairro/localidade: **Jardim Amanda I/ Hortolândia**

CEP: **13188 - 002** Telefone / Celular: **(16) 981036073**

E-mail de contato: **professorajuliahistoria@yahoo.com.br**

Representante ou Responsável
Legal/Outro pelo Espaço Cultural
denominado:

Clio Produções

Apresento este PLANO DE TRABALHO como requisito para pleitear subsídio previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei Federal 14.017/2020, e conforme dados descritos no presente documento:

IDENTIFICAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL E ARTÍSTICO / OUTRO

Nome do Grupo/Coletivo/Microempresa/Empresa/Evento, entre outros.

(Utilizar o nome constante do CNPJ):

Clio Produções

Número do CNPJ (Espaço cultural formal/Outro, caso tenha):

39.367.291/0001-96

Situado e em atividade legal no município de Hortolândia, Estado de São Paulo, no endereço:

Rua/avenida: **Rua Eusébio de Queiroz**

Nº: **1217** Bairro/localidade: **Jardim Amanda I/ Hortolândia**

CEP: **13188 - 002** Telefone de contato: **(19) 39093909/ (16) 981036073**

E-mail de contato: **contatoclioproducoes@gmail.com**

Site:

Facebook:

Instagram:

Youtube:

Tik Tok:

ANEXO II - PLANO DE TRABALHO

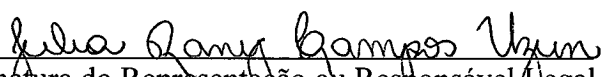
Plano de Trabalho a realizar

Descrição sumária da contrapartida social a ser realizada pelo beneficiário do art. 2º do inciso II da Lei Federal 14.017/2020, contando: descrição da atividade, evento, ação, produto ou serviço de caráter cultural economicamente mensurável pelo beneficiário, incluindo cronograma e público-alvo, assim como respectiva prestação de contas.

Obs.: Copiar e colar a tabela e preencher novamente os dados, em caso de mais contrapartidas a realizar.

Descrição da atividade: Mapeamento dos bens naturais (praças e parques) do município de Hortolândia. No mapeamento, será levantada a história destes bens, seus usos ao longo do tempo e a sua importância como patrimônio natural da cidade. O mapeamento será apresentado em forma de catálogo (em versão online, como um e-book) para consulta pública, sendo disponibilizado na Secretaria de Cultura
Data: a definir com a Secretaria de Cultura e Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização
Local(is): Vários espaços distintos do município
Público-alvo: Livre
Estimativa de Público: Toda a comunidade do município
Valor da contrapartida: R\$ 2000,00

Hortolândia/SP, 11 / 11 / 2020


Assinatura do Representação ou Responsável Legal

ANEXO II - PLANO DE TRABALHO

**Espaço dedicado ao parecer do Comitê Gestor de Acompanhamento
e Fiscalização da Lei Aldir Blanc**
(Não preencher)

ANEXO II - PLANO DE TRABALHO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JULIA RANY CAMPOS UZUN 31881100812
CNPJ: 39.367.291/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:53:09 do dia 28/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/04/2021.

Código de controle da certidão: **4FB6.3275.0B15.198A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JULIA RANY CAMPOS UZUN 31881100812
CNPJ: 39.367.291/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:53:09 do dia 28/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/04/2021.

Código de controle da certidão: **4FB6.3275.0B15.198A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**ANEXO I - AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL, GRUPO, COLETIVO,
MICROEMPRESA, EMPRESA DE CULTURA, EVENTO, ENTRE OUTROS**

DADOS COMPLEMENTARES – BANCÁRIOS (O objetivo destas informações é para agilização das operações de futuros repasses de subsídios, conforme prevê a Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc). Informe a conta corrente, agência e o banco que deseja receber o subsídio. Se o Espaço cultural é mantido ou organização por Pessoa Física ou Coletivo cultural, a conta bancária deve estar ativa e em nome da Pessoa Física do Representante ou Responsável Legal).

Titular da Conta:

Banco:

Número da agência: Número da Conta corrente (001):

Hortolândia/SP, 12 / 11 / 2020

Julia Rany Campos Uzun
Assinatura do Representação ou Responsável Legal



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 1048

Prefeitura Municipal de Hortolândia | www.hortolandia.sp.gov.br

terça-feira, 17 de novembro de 2020

PODER EXECUTIVO

Leis e Decretos

DECRETO Nº 4.641, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

"Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 96.600,00"

ANGELO AUGUSTO PERUGINI, Prefeito do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º Nos termos do inciso I do artigo 4º da Lei Municipal n.º 3.724 de 16 de dezembro de 2019 e nos termos do artigo 1º e do artigo 3º da Lei Municipal n.º 3.744 de 30 de abril de 2020, fica aberto na Secretaria Municipal de Finanças um crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos reais)**, destinado ao reforço da seguinte dotação do orçamento vigente, codificada sob números:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 05.312.0014 - Ações Emergenciais ao Setor Cultural - Covid-19
Ficha n.º 798 - 02.36.02.13.392.0204.2500. 3.3.90.39 - aplicações diretas
R\$ 96.600,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do presente crédito são provenientes de **anulação parcial** no valor de **R\$ 96.600,00 (noventa e seis mil e seiscentos reais)**, obedecidas as vinculações abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 05.312.0014 - Ações Emergenciais ao Setor Cultural - Covid-19
Ficha n.º 797 - 02.36.02.13.392.0204.2500. 3.3.90.36 - aplicações diretas
R\$ 96.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Hortolândia, 17 de novembro de 2020.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI
PREFEITO MUNICIPAL

(Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia.)

CLAUDEMIR APARECIDO MARQUES FRANCISCO

Secretário Municipal Interino de Administração e Gestão de Pessoal

DECRETO Nº 4.642, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

"Transposição de dotação orçamentária e abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00."

ANGELO AUGUSTO PERUGINI, Prefeito do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º Nos termos do inciso I do § 1º e do § 2º do artigo 4º da Lei Municipal n.º 3.724 de 16 de dezembro de 2019, fica transposto na Secretaria Municipal de Finanças o valor de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)** destinado ao reforço da seguinte dotação do orçamento vigente, codificada sob números:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.110.0000 - Tesouro - Geral
Ficha n.º 88 - 02.24.02.28.846.0410.0011.3.1.90.91 - aplicações diretas
R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos são provenientes da **transposição parcial** no valor de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)** da seguinte dotação orçamentária, codificada sob números:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.110.0000 - Tesouro - Geral
Ficha n.º 88 - 02.24.01.04.123.0102.2050.3.3.90.39 - aplicações diretas
R\$ 30.000,00

Art. 3º Nos termos do inciso I do artigo 4º e do inciso I do § 1º do artigo 4º da Lei Municipal n.º 3.724 de 16 de dezembro de 2019, fica aberto na Secretaria Municipal de Finanças um **crédito adicional suplementar** no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, destinado ao reforço da seguinte dotação do orçamento vigente, codificada sob números:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.110.0000 - Tesouro - Geral
Ficha n.º 105 - 02.24.02.28.845.0410.0030 - 3.3.90.47 - aplicações diretas -
R\$ 50.000,00

Art. 4º Os recursos para cobertura do presente crédito são provenientes do **excesso de arrecadação** no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, obedecidas as vinculações abaixo:

EXCESSO DE ARRECAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.110.0000 - Tesouro - Geral
Ficha n.º 97 - 1.7.2.8.01.2.1.00.00 - COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL
R\$ 50.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Hortolândia, 17 de novembro de 2020.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI
PREFEITO MUNICIPAL

(Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia.)

CLAUDEMIR APARECIDO MARQUES FRANCISCO

Secretário Municipal Interino de Administração e Gestão de Pessoal

Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

Licitações

EXTRATO DE ATA R.P. Nº 220/2020. PREGÃO ELETRÔNICO R.P. Nº 88/2020

PMH n.º 4375/2020. Detentora: EBRAPI AGRONEGÓCIOS LTDA, CNPJ n.º 46.422.275/0001-14. Objeto: aquisição de inseticidas e demais itens para controle de pragas. Valor R\$ 4.645,00. Prazo 12 meses; assinatura 16/11/2020. Hortolândia, 16 de novembro de 2020. Dênis André José Crupe/Secretário Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE ATA R.P. Nº 221/2020. PREGÃO ELETRÔNICO R.P. Nº 88/2020

PMH n.º 4375/2020. Detentora: N.F SEIXAS TECNOLOGIA EM SOLUÇÕES EPP, CNPJ n.º 17.550.572/0001-47. Objeto: aquisição de inseticidas e demais itens para controle de pragas. Valor R\$ 13.996,00. Prazo 12 meses; assinatura 16/11/2020. Hortolândia, 16 de novembro de 2020. Dênis André José Crupe/Secretário Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE ATA R.P. Nº 222/2020. PREGÃO ELETRÔNICO R.P. Nº 88/2020

PMH n.º 4375/2020. Detentora: NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA EPP, CNPJ n.º 01.148.472/0001-59. Objeto: aquisição de inseticidas e demais itens para controle de pragas. Valor R\$ 112.963,40. Prazo 12 meses; assinatura 16/11/2020. Hortolândia, 16 de novembro de 2020. Dênis André José Crupe/Secretário Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

ERRATA: HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2020.

PMH n.º 5490/2020. Objeto: Aquisição de Equipamentos Oftalmológicos. Publicada no D.O.E e D.O.M dia 11/11/20, onde se Lê: MAGNA MÉDICA LTDA; Leia: MAGNA MÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-EPP. Hortolândia, 16 de novembro de 2020. Secretário Municipal de Saúde/Dênis André José Crupe.

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO Nº 423/20

Concorrência Pública n.º 02/20. PMH n.º 13218/19 - Contrato originário 276/18 - Contratada: NETCLEAR TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA. CNPJ 05.894.012/0001-20 - Objeto: Contratação de empresa especializada em instalação de sistema de cabeamento estruturado categoria 6 e rede elétrica com fornecimento de materiais. Prazo 30 (trinta) dias, da execução dos serviços, à partir



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Sistema CECAM

(Página 1/1)

DATA 18/11/2020		NOTA DE EMPENHO GLOBAL Nº11296				RESERVA Nº		PROCESSO NºREQUISIÇÃO 24659/2020		FICHA Nº 798			
INTERESSADO 5528 - AUX. FINAN. LEI FEDERAL 14017/2020 (ALDIR B				C.N.P.J/C.P.F		BANCO		AGÊNCIA		CONTA			
ENDEREÇO RUA JOSÉ CLAUDIO ALVES DOS SANTOS, 585 - REMANSO CAMPINEIRO - HORTOLÂNDIA				CEP 13184-472		TELEFONE							
EMAIL				LOCAL DE ENTREGA				PRAZO ENTREGA					
LICITAÇÃO MODALIDADE Nº OUTROS/NÃO APLICÁVEL - /0				CONDIÇÕES DE PAGAMENTO				VALIDADE PROPOSTA					
ORGÃO 02-PREFEITURA MUNICIPAL		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02.36-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		UNIDADE EXECUTORA 02.36.02 - DEPARTAMENTO DE CULT		FUNÇÃO 13		SUB FUNÇÃO 392		PROGRAMA 0204			
PROJETO ATIVIDADE 2500 - Cultura e Cidadania		CATEGORIA ECONÔMICA 3.3.90.39.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA		ÁREA DE ATUAÇÃO 0 -									
DESTINAÇÃO DE RECURSOS 05.312.0014 - AÇÕES EMERGENCIAIS AO SETOR CULTURAL - COVID19										ADIANTAMENTO NÃO			
ATIVO NÃO FINANCEIRO										CONTRATO			
PASSIVO NÃO FINANCEIRO										CONVENIO			
DOTAÇÃO ATUAL				EMPENHADO ANTERIOR				VALOR EMPENHADO.				SALDO	
628.575,27				0,00				237.800,00				390.775,27	
COTA 1	COTA 2	COTA 3	COTA 4	COTA 5	COTA 6	COTA 7	COTA 8	COTA 9	COTA 10	COTA 11	COTA 12		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	237.800,00	0,00		
VÍNCULOS						CENTRO DE CUSTOS							
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				VALOR	CÓDIGO	DESCRIÇÃO				VALOR		
1	ORDINÁRIO				237.800,00	1656	Aux. Fin. Aldir Blanc				237.800,00		
TOTAL					237.800,00	TOTAL					237.800,00		
ITENS DA NOTA													
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO				VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL			
1	0	1,000	Unid	Despesa com repasse de subsídio das ações emergenciais destinadas ao setor cultural conforme inciso do artº da Lei Federal 14017/2020. MI SMC ADM nº 269/2020 de 16/11/2020.				237.800,0000		237.800,00			
				TOTAL						237.800,00			
CLAUDINEI LUCIO CONTADOR CRC 1SP290070													



Prefeitura Municipal de Hortolândia
SECRETARIA DE CULTURA

Hortolândia, 18 de Novembro de 2020.

MI ADM nº. 274/2020

Protocolo: nº 24792/2020

Secretaria de Finanças

A/c: Eduardo César Vaquero Marques

Assunto: Pagamento

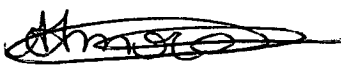
Solicitamos o pagamento ao beneficiário do inciso II do artº 2º da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc) e Decreto 10.464 de 17/08/2020, do PMH 6241/2020, que dispõe sobre o repasse de subsídio das ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a pandemia do Covid-19, a ser onerado no empenho nº 11296, o valor de R\$ 3.000,00, conforme segue:

Nome	CNPJ	Banco	Agência	Conta Corrente	Valor
Julia Rany Campos Uzun	39.367.291/0001-96	Nubank	0001	68565395-1	3.000,00

Ressaltamos que de acordo com o parecer jurídico em anexo, o beneficiário está isento da apresentação de certidões negativas.

Certos de contarmos com vossa atenção, nos colocamos a disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Alessandra Amora Barchini
Secretária de Cultura

Departamento Financeiro
Recebido em 18/11/2020
Por: Helena

Prefeitura Municipal de Hortolândia
SECRETARIA DE CULTURA

Rua José Cláudio Alves dos Santos, 585, Remanso Campineiro, CEP 13184-472
Fone: (19) 3965-1400
www.hortolandia.sp.gov.br

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos
Dra. Elke Gomes Veloso

MI SMC ADM nº 213/2020 – Parecer Jurídico

Cuida o presente de questionamentos da Secretaria Municipal de Cultura acerca de situações relacionadas ao inciso II do art. 2º da Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc).

O dispositivo tem a seguinte redação:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

...

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

Conforme o Dicionário Online de Português (<https://www.dicio.com.br/subsidio/>) o conceito de subsídio é: *Auxílio financeiro oferecido com o objetivo de ajudar pessoas ou organizações que passam por dificuldades.*

No caso da norma em questão, a palavra tem indubitável conotação de **auxílio a quem está em necessidade**, o que fica evidenciado com a expressão *“que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social”*.

Exatamente por ser auxílio é que, preenchidos todos os requisitos exigidos em lei, a pessoa, física ou jurídica, fará jus ao seu recebimento, independentemente de qualquer outra exigência, não sendo possível qualquer interpretação extensiva para conceder ou negar o benefício.

Nos arts. 7º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 14.017/2020 não se verifica maiores exigências do que expressa o art. 6º do Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020:

Art. 6º Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º as entidades de que trata o referido inciso, desde que estejam com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e a homologação em, no mínimo, um dos seguintes cadastros: (grifos nossos)

Alguns até poderiam questionar se o disposto no art. 5º do decreto precitado poderia fazer com que o Município exigisse mais do que o disposto no art. 6º, mas a resposta é evidentemente negativa, pois os "critérios" a que o art. 5º refere é somente aqueles que estabelecem o quanto cada entidade irá receber.

Em suma, para receber o benefício as entidades referidas devem estar inscritas em algum dos cadastros mencionados e estarem com suas atividades interrompidas para terem direito ao percebimento do subsídio. Nada mais.

Deste modo, não é possível, ou mesmo necessário, exigir certidões negativas do beneficiário.

Não vamos nos imiscuir nos procedimentos da Secretaria Municipal de Finanças, mas para o pagamento do subsídio da Lei nº 14.017/2020 deve ser adotada a mesma metodologia normalmente utilizada para o pagamento de outros benefícios, sempre lembrando que o caso não se cuida de contrato.

É o parecer, ressalvada a apreciação superior.

Hortolândia, 29 de outubro de 2020.

Natalia Scarano da Silva Cerqueira
Natalia Scarano da Silva Cerqueira

Procuradora Judicial

OAB/SP nº 186.359

Secretaria de Cultura
Sec. Secretária
Encaminhar o processo sobintado
para análise e providências

28/10

1 Art. 5º O subsídio mensal de que trata o inciso II do caput do art. 2º terá valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local.

§ 1º Previamente à concessão do benefício de que trata o caput, os critérios estabelecidos pelo gestor local deverão ser publicados em ato formal.

§ 2º Os critérios estabelecidos pelo gestor local serão informados detalhadamente no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I, disponível para preenchimento na Plataforma +Brasil.



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 1051

Prefeitura Municipal de Hortolândia | www.hortolandia.sp.gov.br

quinta-feira, 19 de novembro de 2020

matrícula nº 12531700, por 06 (seis) meses, no período de 02 de dezembro de 2020 a 02 de junho de 2021. Art.2º As despesas decorrentes desta renovação onerarão dotação específica do órgão interessado, consignada no orçamento vigente. Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2712/2020 - Considerando os elementos constantes no MI 417/2020, Protocolo SMS nº 24357/2020, Art.1º **Prorrogar o contrato de trabalho** por tempo determinado do (a) senhor (a) **ROSELI DA SILVA SANTOS**, matrícula nº 12533100, por 06 (seis) meses, no período de 02 de dezembro de 2020 a 02 de junho de 2021. Art.2º As despesas decorrentes desta renovação onerarão dotação específica do órgão interessado, consignada no orçamento vigente. Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2713/2020 - Considerando os elementos constantes no MI 417/2020, Protocolo SMS nº 24357/2020, Art.1º **Prorrogar o contrato de trabalho** por tempo determinado do (a) senhor (a) **DEOCLIDES GONCALVES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 12532400, por 06 (seis) meses, no período de 02 de dezembro de 2020 a 02 de junho de 2021. Art.2º As despesas decorrentes desta renovação onerarão dotação específica do órgão interessado, consignada no orçamento vigente. Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2714/2020 - Considerando os elementos constantes no MI 7/2020, Protocolo SMS nº 24357/2020, Art.1º **Prorrogar o contrato de trabalho**

por tempo determinado do (a) senhor (a) **ARI AUGUSTO DE SOUZA PRATTI**, matrícula nº 12558300, por 06 (seis) meses, no período de 22 de janeiro de 2021 a 21 de julho de 2021. Art.2º As despesas decorrentes desta renovação onerarão dotação específica do órgão interessado, consignada no orçamento vigente. Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2715/2020 - Considerando os elementos constantes no MI 417/2020, Protocolo SMS nº 24357/2020, Art.1º **Prorrogar o contrato de trabalho** por tempo determinado do (a) senhor (a) **ADAIR JOSE DA SILVA**, matrícula nº 12559000, por 06 (seis) meses, no período de 22 de janeiro de 2021 a 21 de julho de 2021. Art.2º As despesas decorrentes desta renovação onerarão dotação específica do órgão interessado, consignada no orçamento vigente. Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2716/2020 - Considerando os elementos constantes no MI SMAGP nº209/2020, Protocolo nº 25016/2020, Art.1º **Fica prorrogada a cessão do (a) servidor (a) ANDREA CARMONA ROVAGNELLI**, matrícula funcional nº 4156400, titular do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, para prestar serviços junto à Prefeitura Municipal de Sumaré – SP. Art. 2º A cessão ora concedida é sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, mediante ressarcimento ao órgão de origem. Art. 3º O período concedido da cessão é de 20 de novembro de 2020 a 20 de novembro de 2021. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Cultura

LISTA DE HOMOLOGADOS DO INCISO II – LEI ALDIR BLANC (CORRIGIDA)

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da implementação da Lei Federal nº 14.017/2020 no Município de Hortolândia informa que foram identificados algumas inconsistências no cálculo da pontuação de alguns dos cadastros realizados para pleitear o recebimento dos recursos referentes ao Inciso II do Artigo 2º da Lei Federal nº 14.017/2020 em relação ao regulamento definido no Decreto Municipal nº 4605/2020.

Lista de Homologados I – Corrigida

Nome	Número do Cadastro	CNPJ/CPF	Pontuação	Parcelas	Valor Unitário	Valor Total
Adley de Andrade de Amorim ME	120	12.319.578/0001-94	11	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Anike Shakur	130	32.976.683/0001-03	10	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Ani Bezerra da Silva	148	18.315.662/0001-16	12	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Camilla Jorge de Lacerda	125	27.620.887/0001-77	13	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
CC Ghiselli Comércio de Fogos de Artíficos ME	191	24.889.806/0001-40	21	2	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
Daniel Irineu Miranda de Oliveira	50	30.951.093/0001-09	11	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Daniel Oliveira Gonçalves	20	329.340.018-30	12	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Eleonora Ap. Alves de Souza Domingos	195	068.748.918-04	18	2	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
Evandro de Alencar Sobreira	89	199.845.705-33	9	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Evelyn Paruci Ribeiro Dinis Tenreiro	71	18.901.536/0001-43	11	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Felipe Alves Tavares	194	460.881.068-59	11	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Genildo Teobaldo dos Santos	77	151.135.958-70	10	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Gislaine Cristina Nogueira	8	22.962.699/0001-03	18	2	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
Ivanilda Gomes do Amaral	44	771.827.749-68	8	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Joycee Tayna de Carvalho Viana	105	34.656.005/0001-99	10	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Julia Rany Campos Uzun	193	39.367.291/0001-96	9	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Juraci dos Santos Moreira	199	31.506.656/0001-04	16	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Leandro Ferreira Santos	12	11.586.453/0001-68	9	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Leonardo Lopes Ferreira	171	213.403.988-42	12	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Leticia Cristina Ribas	16	28.309.627/0001-48	13	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Mary Hellen Silva Braga	118	29.461.551/0001-34	15	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Minoro Nogueira Rosa	111	29.973.560/0001-04	12	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Misael Nunes Silva	115	21.206.035/0001-51	15	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
N. G. Filho Eventos	122	17.678.393/0001-90	15	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Rafael dos Santos Vieira	34	13.763.716/0001-92	19	2	R\$ 6.000,00	R\$ 12.000,00
Rafael Ghiraldeili da Silva	49	35.881.687/0001-04	9	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Raquel Oliveira Alves	131	37.730.778/0001-66	10	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Regina Pereira Lima	189	29.048.614/0001-25	9	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Robson Luis Roberto	135	249.266.268-37	11	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Rodrigo Alves Domingos ME	90	11.625.493/0001-71	14	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Sarah Cristina Velloso	181	19.717.386/0001-85	16	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Silvia Aparecida Candida dos Santos	173	345.291.628-69	12	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Suzana Ávila da Silva	4	29.728.354/0001-39	12	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Tatiana Helena Goes	96	311.337.588-60	14	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Thaíne Barbosa Silva	186	28.909.759/0001-00	11	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Uelber Assis	187	28.956.725/0001-77	9	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Vanessa de Jesus Reis	29	24.267.693/0001-41	13	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 1051

Prefeitura Municipal de Hortolândia | www.hortolandia.sp.gov.br

quinta-feira, 19 de novembro de 2020

As inconsistências foram identificadas a partir de uma revisão das pontuações de cada cadastrado de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 4605/2020. Foram identificados três problemas na aplicação inicial da pontuação referente aos critérios mencionados:

- O critério presente no Inciso I do Art. 23 do Decreto Municipal nº 4605/2020, relativo ao número de funcionários contratados pelo espaço cultural, foi interpretado de uma forma que não estava amparada pela redação do decreto em algumas das avaliações iniciais. Os cadastrados que informaram não possuir funcionário contratado não pontuaram neste critério, no entanto, o Inciso não prevê a não pontuação, pois determina que quem tiver até 1 (um) funcionário deve receber 1 (um) ponto.
- Os critérios presentes nos Incisos III e IV do Art. 23 do Decreto Municipal nº 4605/2020, relativos aos custos médios mensais com impostos, serviços, funcionários, aquisições etc., foram interpretados de uma forma que não estava amparada pela redação do decreto em algumas das avaliações iniciais relativas aos cadastros de Grupos ou Coletivos Culturais. Como este tipo de cadastro, na maioria dos casos, não pressupõe custos mensais com manutenção de espaços, eles não pontuaram nestes critérios, no entanto, os Incisos não prevêem a não pontuação, pois determinam que quem tiver custos médios mensais de até R\$ 3.000,00 deve receber 1 (um) ponto.
- O critério presente no Inciso VI do Art. 23 do Decreto Municipal nº 4605/2020, relativo à forma de propriedade do espaço físico utilizado, foi interpretado de uma forma que não estava amparada pela redação do decreto em algumas das avaliações iniciais relativas aos cadastros de Eventos e de Grupos ou Coletivos Culturais. Como este tipo de cadastro, na maioria dos casos, não pressupõe custos contínuos com a manutenção de espaços, eles não pontuaram nestes critérios, no entanto, o Inciso não prevê a não pontuação e estes casos se enquadram como equivalentes à utilização do espaço público, sem custos para o cadastrado.

Após a revisão das inconsistências e correção das pontuações, identificou-se que, em alguns casos, a mudança de pontuação implicou na mudança de faixa de valor, conforme determinado no Art. 22 do Decreto Municipal nº 4605/2020. Faz-se necessária, portanto, uma nova publicação da lista de homologados, com o valor corrigido das pontuações e, nos casos de mudança de faixa, dos novos valores, conforme tabela em anexo.

Os integrantes do Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia estão de acordo com as informações do referido documento e assinam o deferimento.

Alessandra Amora Barchini - Presidente
Anderson Zotesso Rodrigues - Membro
Fabiana Gomes da Silva Tavares Panício - Membro
Valmerinda Guilherme da Silva - Membro

Representantes da Sociedade Civil
Carlos Alberto Adão - Segmento: Música e Oficinas Culturais
Fernando Ricardo Ladeia - Segmento: Teatro
Hélio Domingues da Luz (Cabelin) - Segmento: Graffiti
Sarah Juliett - Segmento: Coletivo Cultura na Base

Certos de contarmos com vossa costumeira colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos e externamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Alessandra Amora Barchini
Secretária de Cultura

LISTA DOS HOMOLOGADOS 2:

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia, previsto no Decreto nº 4605/2020, se reuniu conforme cronograma oficial e analisou os cadastros realizados para pleitear o recebimento do recurso referente ao decreto mencionado, tornando pública a segunda homologação dos cadastrados.

Nome	Número do Cadastro	CNPJ/CPF	Pontuação Total	Parcelas	Valor Unitário	Valor Total
Madalena Barreto de Mendonça Silva	10	32.569.989/0001-45	11	2	3.000,00	6.000,00
Maicon Jonathan de Souza	121	30.071.550/0001-62	11	2	3.000,00	6.000,00
José Cariri dos Santos	154	33.564.243/0001-01	13	2	3.000,00	6.000,00
Fábio Bruno e Henrique	156	21.192.530/0001-59	15	2	3.000,00	6.000,00
Matheus Souza Santana	162	38.290.691/0001-88	14	2	3.000,00	6.000,00
Edilaine Silva Oliveira de Lima	166	36.285.411/0001-18	11	2	3.000,00	6.000,00
Diego Marcel Freitas Pereira	196	31.018.134/0001-63	10	2	3.000,00	6.000,00
Rita de Cassia Oliveira	200	22.011.570/0001-10	10	2	3.000,00	6.000,00
Priscilla Aparecida da Silva	201	16.957.591/0001-20	19	2	6.000,00	12.000,00

Avaliação para a homologação

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia avaliou o mapeamento cultural de acordo com os seguintes parâmetros de interpretação:

- Área Cultural/Artística – Qual a área de atuação do grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento, a título de conhecimento do segmento.
- Tipo/Natureza – Qual a natureza jurídica de formação/atuação deste ou desta grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento, entre outros; sua representação jurídica (CPF ou CNPJ), a título de conhecimento.
- Análise dos CNAEs – Avaliação da atividade principal/ secundária ou além da especificada.
- Missão – Qual o propósito institucional e/ou social deste grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento, a título de conhecimento.
- Custos Fixos – A avaliação nesse tópico é feita pela quantidade de custos fixos que o grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento possui.
- Prejuízos com a Pandemia – Esse tópico refere-se a prejuízos ocorridos dentro do período de pandemia, ou seja, do mês de Março/2020 em diante.
- O cadastro para o preenchimento do Mapeamento Cultural continua aberto no site: mapadacultura.hortolandia.sp.gov.br. A data limite para pleitear o recurso foi até o dia 15 de outubro conforme publicação em decreto.

Avaliação de critérios para definição de valores e parcelas

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia avaliou os critérios constantes no Capítulo VIII, do Decreto nº 4605/2020 para definição de valores e parcelas.



Diário Oficial Eletrônico Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 1051

Prefeitura Municipal de Hortolândia | www.hortolandia.sp.gov.br

quinta-feira, 19 de novembro de 2020

Informes Gerais aos Cadastrados

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia a fim de esclarecer pontos referentes ao cadastramento, validação e repasse dos recursos, informa:

A veracidade das informações é de responsabilidade do cadastrado responsável pelas mesmas e demais documentos comprobatórios que podem ser solicitados em prestação de contas futura, que será realizada pelo beneficiário e analisada/aprovada pelo Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia.

A relação dos cadastros listados acima cumpriram todos os critérios avaliatórios mencionados nesta publicação. Portanto, foram considerados habilitados para pleitear o recurso referente ao inciso II do art. 2º da Lei Aldir Blanc.

O simples deferimento do cadastro, ou participação do grupo/coletivo/microempresa/empresa/evento na listagem não garante o recebimento do recurso previsto no Decreto nº 4605/2020. É necessário, nesta primeira etapa, o preenchimento dos formulários e anexos (Autodeclaração e Plano de Trabalho) que constam no Mapa da Cultura (mapadacultura.hortolandia.sp.gov.br). E após a realização da contrapartida e o pagamento das despesas, preencher o formulário e anexo da Prestação de Contas, que constam no site mencionado acima.

Conforme Cronograma Oficial de andamento dos trabalhos do Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia, o prazo para preenchimento dos formulários e anexos se iniciam a partir da data da publicação deste ato, até 15 dias corridos.

O Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia ressalta a importância da veracidade das informações prestadas.

Os integrantes do Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia estão de acordo com as informações do referido documento e assinam o deferimento.

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Alessandra Amora Barchini - Presidente
Anderson Zotesso Rodrigues - Membro
Fabiana Gomes da Silva Tavares Panício - Membro
Valmerinda Guilherme da Silva - Membro

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Carlos Alberto Adão - Segmento: Música e Oficinas Culturais
Fernando Ricardo Ladeia - Segmento: Teatro
Hélio Domingues da Luz (Cabelin) - Segmento: Graffiti
Sarah Juliett - Segmento: Coletivo Cultura na Base

Certos de contarmos com vossa costumeira colaboração, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos e externamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Alessandra Amora Barchini
Secretária de Cultura

COMUNICADO

A Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Sandra Fagundes Freire, no uso de suas atribuições e competências, comunica a todos os Agentes Locacionais credenciados e habilitados, conforme publicação no Diário Oficial Eletrônico do dia 10 de novembro de 2020, de acordo com o Edital nº 178/2019, Processo Administrativo nº - 11495/2019 a integralização da listagem de forma sequencial conforme novos credenciados, por Estação de Vivência:

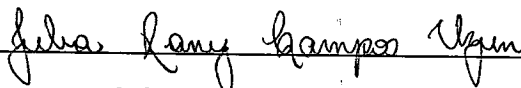
Classificação	Estação de Vivência	Nome
1	Esporte e Lazer	Wendell Vasconcelos dos Santos
2	Esporte e Lazer	Magnus Thomas Fava Piva
3	Esporte e Lazer	Jefferson Martins
4	Esporte e Lazer	Kevin Leal Pinheiro
5	Esporte e Lazer	Beatriz Raissa dos Santos Costa
6	Esporte e Lazer	Allan de Santana Souza
7	Esporte e Lazer	Renan Soares de Souza
8	Esporte e Lazer	Janaina Gioia Martins
9	Esporte e Lazer	Marcos Roberto de Mendonça

Classificação	Estação de Vivência	Nome
1	Linguagens Artísticas	Hiago Viana Silva
2	Linguagens Artísticas	Izabel Matos da Silva Brasil
3	Linguagens Artísticas	Estefania Da Silva Oliveira Tamborino

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que recebi do Município de Hortolândia, CNPJ 67.995.027/0001-32, a primeira parcela, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), referente o repasse do subsídio previsto no inciso II do artº 2º, da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc) e demais regulamentações pertinentes.

Atenciosamente,



Julia Rany Campos Uzun

CNPJ: 39.367.291/0001-96

Hortolândia 26 de novembro de 2020



**Prefeitura Municipal de Hortolândia
SECRETARIA DE CULTURA**

Hortolândia, 01 de dezembro de 2020.

MI ADM nº. 339/2020

Protocolo: nº 25945/2020

Secretaria de Finanças

A/c: Eduardo César Vaquero Marques

Assunto: Pagamento | Segunda parcela

Solicitamos o pagamento da segunda parcela, ao beneficiário do inciso II do artº 2º da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc) e Decreto 10.464 de 17/08/2020, do PMH 6241/2020, que dispõe sobre o repasse de subsídio das ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a pandemia do Covid-19, a ser onerado no empenho nº 11296, o valor de R\$ 3.000,00, conforme segue:

Nome	CNPJ	Banco	Agência	Conta Corrente	Valor
Julia Rany Campos Uzun	39.367.291/0001-96	Nubank	0001	68565395-1	3.000,00

Ressaltamos que de acordo com o parecer jurídico em anexo, o beneficiário está isento da apresentação de certidões negativas.

Certos de contarmos com vossa atenção, nos colocamos a disposição para demais esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

**Alessandra Amora Barchini
Secretária de Cultura**

Departamento Financeiro
Recebido em 02/12/2020
Por:

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

Dra. Elke Gomes Veloso

MI SMC ADM nº 213/2020 – Parecer Jurídico

Cuida o presente de questionamentos da Secretaria Municipal de Cultura acerca de situações relacionadas ao inciso II do art. 2º da Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc).

O dispositivo tem a seguinte redação:

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

...

II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

Conforme o Dicionário Online de Português (<https://www.dicio.com.br/subsidio/>) o conceito de subsídio é: *Auxílio financeiro oferecido com o objetivo de ajudar pessoas ou organizações que passam por dificuldades.*

No caso da norma em questão, a palavra tem indubitável conotação de auxílio a quem está em necessidade, o que fica evidenciado com a expressão *"que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social"*.

Exatamente por ser auxílio é que, preenchidos todos os requisitos exigidos em lei, a pessoa, física ou jurídica, fará jus ao seu recebimento, independentemente de qualquer outra exigência, não sendo possível qualquer interpretação extensiva para conceder ou negar o benefício.

Nos arts. 7º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 14.017/2020 não se verifica maiores exigências do que expressa o art. 6º do Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020:

Art. 6º Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º as entidades de que trata o referido inciso, desde que estejam com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e a homologação em, no mínimo, um dos seguintes cadastros: (grifos nossos)

Alguns até poderiam questionar se o disposto no art. 5º do decreto precitado poderia fazer com que o Município exigisse mais do que o disposto no art. 6º, mas a resposta é evidentemente negativa, pois os "critérios" a que o art. 5º refere é somente aqueles que estabelecem o quanto cada entidade irá receber.

Em suma, para receber o benefício as entidades referidas devem estar inscritas em algum dos cadastros mencionados e estarem com suas atividades interrompidas para terem direito ao percebimento do subsídio. Nada mais.

Deste modo, não é possível, ou mesmo necessário, exigir certidões negativas do beneficiário.

Não vamos nos imiscuir nos procedimentos da Secretaria Municipal de Finanças, mas para o pagamento do subsídio da Lei nº 14.017/2020 deve ser adotada a mesma metodologia normalmente utilizada para o pagamento de outros benefícios, sempre lembrando que o caso não se cuida de contrato.

É o parecer, ressalvada a apreciação superior.

Hortolândia, 29 de outubro de 2020.

Natalia Scarano da Silva Cerqueira
Natalia Scarano da Silva Cerqueira

Procuradora Judicial

OAB/SP nº 186.359

*A Secretária de Cultura
Sr. Secretária
Encaminhar o parecer solicitado
para análise e providências*

28/10

1 Art. 5º O subsídio mensal de que trata o inciso II do caput do art. 2º terá valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor local.

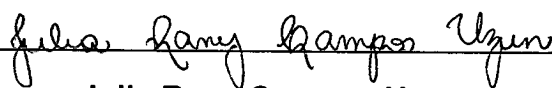
§ 1º Previamente à concessão do benefício de que trata o caput, os critérios estabelecidos pelo gestor local deverão ser publicados em ato formal.

§ 2º Os critérios estabelecidos pelo gestor local serão informados detalhadamente no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I, disponível para preenchimento na Plataforma +Brasil.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que recebi do Município de Hortolândia, CNPJ 67.995.027/0001-32, a segunda parcela, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), referente o repasse do subsídio previsto no inciso II do artº 2º, da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc) e demais regulamentações pertinentes.

Atenciosamente,



Julia Rany Campos Uzun

CNPJ: 39.367.291/0001-96

Hortolândia 08 de dezembro de 2020



Prefeitura Municipal de Hortolândia
SECRETARIA DE CULTURA

Hortolândia, 23 de novembro de 2020.

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

A Sra. Julia Rany Campos Uzun, beneficiária do inciso II, apresentou um relatório com motivos de sua formalização, por meio do MEI (MicroEmpreendedor Individual), pessoa na qual fez seu cadastro no Mapa da Cultura.

A beneficiária teve sua homologação deferida no primeiro lote dos cadastrados e receberá o valor de R\$ 6.000,00, em duas parcelas mensais, que serão efetuadas em novembro e em dezembro de 2020.

Após a análise do relatório, os integrantes do Comitê Gestor de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc de Hortolândia manifestam a aprovação da justificativa da Sra. Julia Rany Campos Uzun e assinam a presente Declaração de Anuência.

I – Representantes do Poder Executivo

Alessandra Amora Barchini - Presidente

Anderson Zotesso Rodrigues - Membro

Fabiana Gomes da Silva Tavares Panicio - Membro

Valmerinda Guilherme da Silva - Membro

II – Representantes da Sociedade Civil

Carlos Alberto Adão - Segmento: Música e Oficinas Culturais

Fernando Ricardo Ladeia - Segmento: Teatro

Hélio Domingues da Luz (Cabelin) – Segmento: Grafitti

Sarah Juliatt – Segmento: Coletivo Cultura na Base

Secretaria Municipal de Cultura – Hortolândia/SP

Lei Aldir Blanc 14.017/2020

**Relatório Técnico de Justificativa para Comprovação de
Pertinência ao Inciso II – Pessoa Jurídica**

Julia Rany Campos Uzun

Cadastro: 193

CNPJ: 39.367.291/0001-96

Novembro de 2020

1. Introdução

Ao Comitê Gestor,

Sou historiadora e trabalho com temas ligados à educação há cerca de 15 anos. Concorri aos recursos da Lei Aldir Blanc, no inciso II, e fui contemplada com duas parcelas de R\$ 3000,00, de acordo com a contagem de pontos realizada pela Secretaria da Cultura. No entanto, após a contemplação do recurso, foi determinada a necessidade de comprovação de minha atividade profissional no âmbito cultural, visto que a abertura da minha MEI foi recente. Nesse sentido, escrevo o seguinte relatório para comprovar minha atividade na área cultural, para explicar os motivos da abertura da MEI durante a pandemia de COVID-19 e para comprovar a interrupção de minhas atividades neste contexto.

Conforme configurado na Lei Aldir Blanc (Lei 14.017, de 29 de junho de 2020) e no decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a implantação da Lei Aldir Blanc, o subsídio previsto no inciso II pode ser destinado para microempresas culturais que comprovem sua inscrição no cadastro municipal de cultura, como foi realizado pela MEI concorrente, através do Mapa da Cultura de Hortolândia (como descrito em seu artigo 7º). O parágrafo 8º da respectiva lei determina que “XXV - outros espaços e atividades artísticos e culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 7º desta Lei” devem ser compreendidos como espaços culturais, quando mantidos e organizados por instituições com ou sem fins lucrativos “dedicados a realizar atividades artísticas e culturais”.

No caso da MEI que pleiteia a manutenção do recurso obtido, seu principal objetivo é o trabalho com patrimônio cultural, a curadoria e a consultoria em questões ligadas à educação patrimonial, enquadrando-se no que é postulado na referida lei. Da mesma forma, como expresso no artigo 9º, a empresa apresentou como proposta de contrapartida ao recebimento dos valores do inciso II a elaboração do mapa do patrimônio da cultura material da cidade de Hortolândia, em forma de catálogo, para consulta pública, reforçando a indicação de um produto que dialogue com as práticas dos alunos de escolas públicas.

Em âmbito municipal, o Decreto 4.605, promulgado em 08 de outubro de 2020, é responsável pela regulamentação do destino dos recursos orçamentários provenientes da Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc. Nesse sentido, o cadastro da MEI foi realizado dentro do prazo estipulado, com o envio de toda a documentação solicitada. De acordo com o artigo 3º, parágrafo 2 desta regulamentaçãoº, a MEI deve ser caracterizada como espaço cultural. Em seu artigo 7º, a regulamentação determina que

“Art. 7º Todos os possíveis beneficiários, principais membros de grupos e coletivos, pessoas ligadas aos espaços, devem estar cadastrados, visando o monitoramento e mapeamento da amplitude do atendimento e descentralização dos recursos, objetivo principal da Lei Federal nº 14.017/2020.”

A regulamentação determina, em seu artigo 10º, que a Secretaria de Cultura será responsável por realizar a verificação dos critérios de elegibilidade dos candidatos ao atendimento do inciso II, seguindo a determinação do artigo 2º da Lei Federal nº 14.017/2020. Os artigos 17 e 18 da regulamentação solicitavam a comprovação da atuação social ou profissional na área da cultura e as informações sobre a interrupção das atividades, através de um formulário de autodeclaração. Tanto no formulário quanto nos documentos entregues, foi disposto a abertura recente da MEI, de tal forma que esta questão não foi escondida em nenhum momento no processo de avaliação de méritos para a concorrência ao recurso do inciso II.

Gostaria, através desse relatório, comprovar minha atuação na área da história e do patrimônio cultural e afirmar que nenhum procedimento foi feito por má fé. Compreendo que não há impedimento legal, a partir das determinações legais expostas, para o recebimento do inciso II e gostaria de colocar em pauta a possibilidade de manutenção do recurso.

2. Justificativa para abertura da MEI e interrupção das atividades como pessoa física durante a pandemia

Ainda que minha atividade no campo da história, da educação e do patrimônio seja bastante antiga, como será comprovado no decorrer deste

relatório, até o início de 2020 não havia surgido a necessidade da abertura de uma empresa para a realização dos trabalhos pelas seguintes questões: antes do início da pandemia, eu era professora em duas escolas diferentes do mesmo grupo educacional; além disso, até setembro de 2020, eu mantive vínculo com o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq); por fim, para a prestação de serviços nas Universidades particulares para as quais eu escrevo materiais didáticos, era comum a prática de emissão de Recibo de Pagamento Autônomo. Vamos compreender melhor cada um desses pontos.

Até março de 2020, eu atuava como professora de História, Sociologia e Filosofia para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio no Colégio Anglo, localizado no município de Cosmópolis, e para o Meu Colégio, situado no município de Paulínia. Os dois colégios pertencem ao grupo Instituto Cristão de Educação. No entanto, eu fui demitida das duas instituições no dia 06 de abril de 2020, como todos os outros funcionários da instituição, como uma forma de cortar os gastos dos colégios durante o período da pandemia. (como comprovado no extrato CNIS, que segue como anexo 1). No mesmo período, houve uma drástica redução no andamento da produção do Projeto Cidades Brasileiras, vinculado ao Portal Clickideia, que determinou cortes profundos no orçamento devido à pandemia de COVID-19, reduzindo o pagamento dos colaboradores em 50% (anexo 2).

Ao mesmo tempo, uma atividade de trabalho bastante frequente foi a elaboração de materiais didáticos para Universidades particulares. Até o início de 2020, estes trabalhos eram pagos através de Recibo de Pagamento Autônomo, mas as instituições deixaram de aceitar esta forma de pagamento devido à frequência de processos trabalhistas, que passaram a determinar vínculo empregatício entre a empresa e o trabalhador. Como também é possível verificar no extrato CNIS, os últimos trabalhos que admitiram a realização das atividades como pessoa física foram a elaboração da disciplina História do Brasil, para a Unigranrio (Companhia Nilza Cordeiro Herdy de Educação e Cultura, finalizado no mês de março de 2020) e da disciplina Patrimônio Cultural, para Universidade São Francisco (Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana, finalizado em abril de 2020). Algumas empresas, inclusive, exigiram a abertura da MEI durante o período da pandemia para a continuidade dos serviços, como é possível verificar nos e-mails abaixo (anexo 3).

No entanto, havia um obstáculo que precisava ser superado para que eu pudesse abrir a MEI. Eu fui bolsista de Doutorado do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), entre junho de 2015 e maio de 2019, mas minha pesquisa de doutorado ainda estava em andamento durante a pandemia. De acordo com a portaria conjunta nº 1, de 15 de julho de 2010, determina-se que o pesquisador que mantém vínculo com o CNPq não pode abrir uma microempresa, pois precisa se dedicar exclusivamente às atividades de docência e pesquisa ligadas à bolsa. Logo, eu apenas pude abrir minha MEI depois de 03 de setembro de 2020, quando realizei a defesa de doutorado (segue diploma e ata da defesa – anexo 4). Como foi necessário realizar algumas alterações no texto final da tese após a defesa, apenas consegui dar andamento aos trâmites para a abertura da empresa – buscando as informações necessárias e reunindo os documentos solicitados – no dia 08 de outubro de 2020.

O interesse pela abertura da MEI, dessa forma, se deu por motivos diferentes: a MEI me permitiu retornar ao trabalho com a elaboração de materiais didáticos ligados à história e à produção cultural (como é possível verificar nas notas fiscais já emitidas pela empresa, desde sua abertura), impedindo que eu perca oportunidades de trabalho em um período em que minha renda foi tão diminuída devido à perda dos dois postos de trabalho. Além disso, a possibilidade da formalização me garante uma série de direitos previdenciários dos quais eu me abstive desde que fui demitida, no início de abril, como a proteção em caso de auxílio-doença, o cuidado com a família em caso de falecimento (com a pensão-morte), a possibilidade de requisitar salário-maternidade e a contagem de tempo para a aposentadoria, com uma baixa contribuição (já que as entradas foram reduzidas nesse período e eu não detenho mais nenhum tipo de vínculo empregatício).

3. Comprovação da atuação na área pretendida

Resumo

Julia Rany Campos Uzun é mestra e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. é licenciada e bacharel pela mesma

universidade. Também é pedagoga e especialista em Gestão Escolar. Trabalha com questões pertinentes à cultura há mais de 15 anos, discutindo as relações entre a história, a memória e a educação para a formação cidadã em todos os níveis do ensino (desde a pré-escola até a pós-graduação). É professora, pesquisadora, autora de materiais didáticos e consultora educacional. Também coordena o Centro de Estudos em História Cultural das Religiões – CEHIR, sendo pesquisadora associada do Laboratório de Estudos em História das Religiões (LEHR – Universidade de Pernambuco) e do Colegio Mexiquense de Toluca (Estado de México).

No campo do patrimônio, é responsável pela disciplina “Patrimônio Cultural” na Universidade São Francisco, tendo concebido todo o plano de ensino e o material didático. É responsável pelo Projeto Cidades Brasileiras (que mapeia o patrimônio nacional), vinculado ao Portal Educacional Clickideia, do qual é coordenadora da área de Humanidades desde 2014. Também possui publicações nacionais e internacionais na área, tendo oferecido palestras na Espanha e no México sobre as relações entre a memória, a identidade e o patrimônio cultural.

FORMAÇÃO

- **2020** - Doutorado em História Cultural

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Título: “Educar meninas para tirá-las dos perigos do mundo”: O projeto religioso das Filhas de Maria Auxiliadora para a Primeira República brasileira (1892-1934)

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Moura da Silva

Tese digital disponível em: <http://taurus.unicamp.br/handle/REPOSIP/351875>

- **2020** - Aperfeiçoamento em Formação de Mediadores de Educação para o Patrimônio

Fundação Demócrito Rocha – 160 horas

- **2020** - Graduação em Pedagogia

Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP

Monografia: O ensino de História e Geografia na Base Nacional Comum Curricular – novas perspectivas e desafios

- **2020** - Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica

Faculdade Educamais Brasil

- **2018** - Especialização em Gestão Escolar

Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL

Título: Gestão Escolar – Hora de trabalho pedagógico coletivo como espaço de capacitação docente

Orientadora: Daniela Oliveira

- **2013** - Mestrado em História

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Título: “A mis lectorcitos, la nación!” – A construção das memórias mexicanas durante o governo de Porfirio Díaz (1876-1911)

Orientador: Prof. Dr. Leandro Karnal

Dissertação digital disponível em:

<http://taurus.unicamp.br/handle/REPOSIP/278744>

- **2012** – Maestría – Seminários de História de la educación en México

El Colegio Mexiquense A.C., Toluca, México

Título: ¡A mis lectorcitos, la nación! La construcción de la memoria mexicana a través de los manuales escolares durante el gobierno de Porfirio Díaz (1876-1911)

Orientadora: Profa. Dra. Milada Bazant Sánchez

Co-orientador: Dr. Carlos Escalante

- **2007** - Bacharelado e Licenciatura em História

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Título: “Quando Mnemósine encontra Montezuma”: A construção do passado mesoamericano através das gravuras da Biblioteca del niño mexicano

Orientador: Prof. Dr. Leandro Karnal

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- **2020** – Desenho Instrucional – 30 horas

Escola Nacional de Administração Pública

- **2020** – Educação Especial: histórico, políticas e práticas – 30 horas

Universidade Federal de São Carlos

- **2015** – The American South: Its Stores, Music, and Art – 30 horas

University of North Carolina School of the Arts, UNCSA, Winston-Salem – EUA

- **2013** – Fundamentos das políticas pedagógicas – 60 horas

Curso Odara

- **2010** – A Pedagogia Salesiana para novos educadores – 20 horas

Rede Salesiana de Escolas

- **2008** – Jogos e raciocínio lógico: o lúdico na sala de aula – 6 horas

Consultoria Tantas Palavras

- **2008** – História, memória e recuperação da História – 6 horas

Consultoria Tantas Palavras

- **2008** – Educação Inclusiva – 30 horas

Ministério da Educação

- **2007** – História da Música Popular Brasileira – 60 horas

Casa da Cultura de Ribeirão Preto

EXPERIÊNCIA ARQUIVÍSTICA E MUSEOGRÁFICA

- Arquivos salesianos do estado de São Paulo

Higienização, organização e manutenção dos arquivos do Colégio do Carmo (Guaratinguetá), do Colégio de Santa Inês (São Paulo), do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (Araras) e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Ribeirão Preto). Os arquivos foram utilizados como bases na busca da documentação da pesquisa de doutorado, sendo sua higienização e organização um agradecimento da pesquisadora, buscando auxiliar no envio de documentos para a formação do Museu Salesiano.

Período: de julho de 2017 a junho de 2018.

- Biblioteca Octavio Ianni – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP

Catálogo de obras, pedidos de catálogos atualizados de editoras nacionais e internacionais, uso de AACCR2 e ISBD.

Período: de junho de 2013 a fevereiro de 2014.

- Centro de Estudos em História Social da Cultura (CECULT)

Bolsa Fapesp Treinamento Técnico I. Cura de fontes ligadas à criminalidade escrava da primeira metade do século XIX no Brasil, especialmente processos-crime, incluindo sua análise e tabulação.

Período: julho de 2004 a junho de 2005.

- Arquivos do Centro de Memória da Unicamp (ACMU)

Organização e estudo da documentação relativa à Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB) das décadas de 1960 e 1970.

Período: julho de 2003 a dezembro de 2003.

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

- Projeto Cidades Brasileiras

Coordenação do projeto de divulgação das 88 cidades históricas brasileiras (conjuntos urbanos tombados) através do Portal Clickideia Educacional.

Período: desde setembro de 2018

- CEHIR – Centro de Estudos em História Cultural das Religiões

Coordenação e organização das atividades. Criação do site institucional, gestão dos eventos, das mídias sociais e das publicações (anais de eventos e livros). Membro da diretoria na gestão 2015/2019 e na gestão 2020/2023.

Período: desde abril de 2015.

ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

- Plataforma SAS Educação

Elaboração de questões para os materiais didáticos de Ensino Fundamental I e II de História.

Período: desde setembro de 2020.

- DP Content

Elaboração de material educacional para a disciplina de **História da América Independente**, para os cursos superiores de História e Pedagogia.

Período: desde setembro de 2020.

- Núcleo de Educação à Distância – Universidade de la Salle

Elaboração de material educacional para a disciplina **História Medieval II, História Contemporânea I e História do Brasil República I**, para o curso superior de História.

Período: de agosto de 2019 a julho de 2020.

Livro História Medieval II - <http://livrariavirtual.unilasalle.edu.br/ead/historia-medieval-ii>

Livro História Contemporânea I - <https://livrariavirtual.commercesuite.com.br/ead/historia-contemporanea-i>

- Núcleo de Educação à Distância – UNIGRANRIO

Elaboração do material educacional para a disciplina **História do Brasil Império**, para o curso superior de História.

Período: de agosto de 2019 a março de 2020.

Aula Unidade 1 - <https://drive.google.com/file/d/1t63OvQukibljfosarNPfDPopKYVYq8PB/view?usp=sharing>

Podcast Unidade 2 - <https://drive.google.com/file/d/1QonOkXlkfOcplLpdW78JGYudkDLphjE/view?usp=sharing>

Aula Unidade 3 - <https://drive.google.com/file/d/1rfHPtVdpLlpZ8FsXAt-wUy4IW0dD6eNu/view?usp=sharing>

Podcast Unidade 4 - https://drive.google.com/file/d/1O-iwLtnOSspG-11je5HR_cBDjrkqgCFR/view?usp=sharing

Podcast Unidade 5: <https://drive.google.com/file/d/1BfeHOa5-k-UctM6UdJpMDz2KMOV8iUll/view?usp=sharing>

Aula Unidade 6 - <https://drive.google.com/file/d/1m5qCppEgNJmZN0YCPnNgo3KSAAowNbtG/vi-ew?usp=sharing>

Aula Unidade 7: https://drive.google.com/file/d/1GcM_PYMLM7lIsr1C_dYxAJfcL89fxUIP/view?usp=sharing

Podcast Unidade 8: <https://drive.google.com/file/d/1rDM-vssHVvfJsgCa3aC3bkIBfj4W-JI6/view?usp=sharing>

Encerramento do curso: https://drive.google.com/file/d/1_ZbhVM4-Xvhv4K4thXolQszlDTJOb3yr/view?usp=sharing

- Núcleo de Educação à Distância – UOL Edtech_

Elaboração do material educacional para a disciplina **História e Ética**, para o curso superior de História.

Período: de julho de 2019 a julho de 2020.

- Núcleo de Ensino à Distância – Universidade São Francisco

Elaboração do material educacional para a disciplina **Patrimônio Cultural**, para o curso superior de História.

Período: de julho de 2019 a abril de 2020.

- Kroton Educacional

Elaboração de material didático para diversos cursos do Ensino Superior, como livros didáticos, apostilas, videoaulas, podcasts, questões e material de apoio.

Período: desde abril de 2014.

- Clickideia Portal Educacional

Elaboração de material didático digital de História, Filosofia, Ensino Religioso e Sociologia para o Ensino Fundamental II e Médio, além da manutenção de um canal virtual para o contato com os estudantes.

Período: desde janeiro de 2014.

Aula Esquenta ENEM – Portal Clickideia – 29/10/2020

Parte 1 - https://www.youtube.com/watch?v=UdkzDhEi_8Q&t=146s

Parte 2 - https://www.youtube.com/watch?v=mHNge_INCrQ&t=110s

Making of Jogo Terra dos Mártires - <https://www.youtube.com/watch?v=aYNDWSXDRcg> – a partir do min 1:42



Coordenação do Projeto Cidades Brasileiras, que discute o patrimônio nacional tomado pelo IPHAN

Natal - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/24985>

João Pessoa - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25056>

Recife - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25057>

Salvador - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25058>

São Luís - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25081>

Belém - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25082>

Manaus - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25128>

Brasília - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25129>

Goiânia - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25145>

Campo Grande - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25146>

Cuiabá - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25147>

Sobral - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25187>

Rio de Janeiro - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25189>

Porto Nacional - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25255>

Porto Alegre - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25256>

Pirenópolis - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25300>

Ouro Preto - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25301>

Olinda - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25365>

Paranaguá - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25366>

Corumbá - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25367>

Vila Serra do Navio - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25378>

São Luís do Paraitinga - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25449>

Laguna - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25450>

Natividade - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25451>

Piranhas - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25510>

Cáceres - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25511>

Petrópolis - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25561>

Vila de Santo Amaro do Sul - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25562>

Cachoeira - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25588>

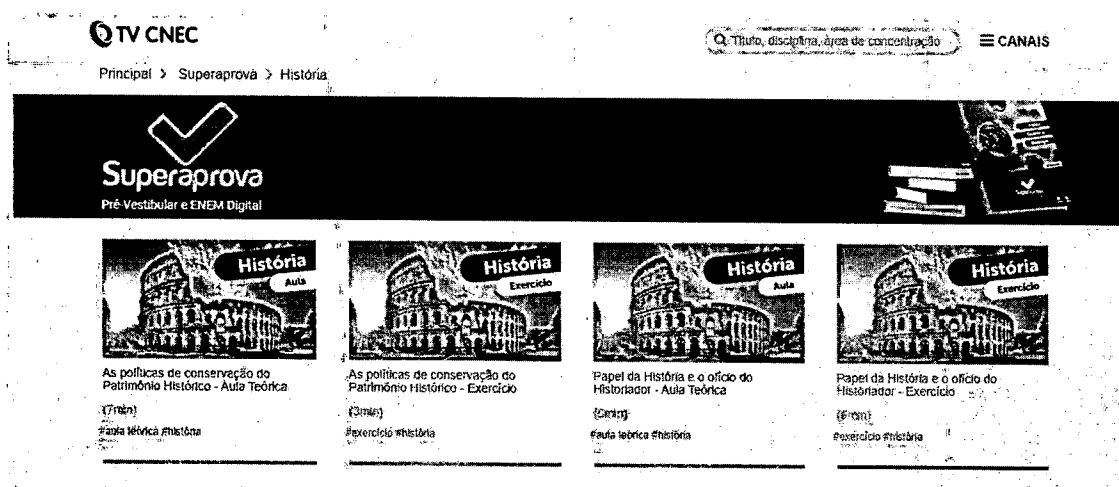
Goiás Velho - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25589>
Cataguases - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25590>
Antonina - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25617>
Oeiras - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25618>
Corumbá de Goiás - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25680>
Paraty - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25681>
São Francisco do Sul - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25706>
Pilar de Goiás - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25708>
Aracati - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25778>
Iguape - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25779>
Santa Tereza - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25780>
Lapa - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25822>
Itaiópolis - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25825>
Alcântara - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25881>
Aldeia de Carapicuíba - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25918>
Diamantina - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25919>
Congonhas - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25946>
Goiana - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25947>
Jaguarão - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25948>
Parnaíba - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25996>
Antônio Prado - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/25997>
Novo Hamburgo - <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/26030>

* As cidades históricas de Icó, Tiradentes, Vassouras, Igatu, São João del Rei, Pelotas, Penedo, Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Laranjeiras e Nova Friburgo já têm suas páginas prontas, aguardando a publicação pelo webmaster.

- CNEC Educacional

Elaboração de material didático de História Geral e do Brasil para pré-vestibulares.

Período: de agosto de 2018 a dezembro de 2019.



- FTD Editora Educacional

Elaboração de material didático de História para o Ensino Fundamental II, especialmente livros do professor e materiais digitais, dentro do novo Plano Nacional do Livro Didático 2019 2 e 2020.

Período: desde junho de 2018 a dezembro de 2019.

PUBLICAÇÕES RELEVANTES

1) Livros

A) Livros completos

UZUN, Julia Rany Campos; PAULA, Bianca S. P. Aprendizagem de Geografia e História. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019.

UZUN, Julia Rany Campos; AMANCIO, Kleber A. O. História do Brasil. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017.

UZUN, Julia Rany Campos. História da América Independente. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2016.



UZUN, Julia Rany Campos Uzun. ¡A mis lectorcitos, la nación!: Estado e educação no México de Porfirio Díaz (1876-1911). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

<https://www.pacolivros.com.br/a-mis-lectorcitos-la-nacion-estado-e-educacao-no-mexico-de-porfirio-diaz-1876-1911>

A) Livros organizados

UZUN, Julia Rany Campos (et. all) **Religiões, história e política**. Recife: UPE, 2019. Disponível

em:

https://drive.google.com/file/d/1dgnLuhzZLaqnHuD_Nd1gYNn3HHTXssDT/view

UZUN, Julia Rany Campos (et. all). **História, narrativas e religiões**: diálogos sob o olhar da cultura. Rio de Janeiro/Recife: Autografia/EDUPE, 2018.

UZUN, Julia Rany Campos (et. all). **História, narrativas e religiões**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

B) Capítulos de livros

UZUN, Julia R. C.; MOURA, Carlos A. S. As religiões e o ensino de História: propostas para o trabalho em sala de aula. In **Ultrapassando fronteiras**:

narrativas e reflexões sobre o ensino de História. Recife: EDUPE, 2020. Pp. 207-223.

UZUN, Julia Rany Campos. Ampliando a noção de comunidade. In **Aprendizagem da Geografia e da História**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 155-171.

UZUN, Julia Rany Campos. As transformações no ensino de História e Geografia na contemporaneidade. In **Aprendizagem da Geografia e da História**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 124-154.

UZUN, Julia Rany Campos. De Mornese a São Paulo: a educação católica das Filhas de Maria Auxiliadora e a criação do Colégio de Santa Inês (1908-1934) in **Teologia das Religiões**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 171-182.

UZUN, Julia Rany Campos. Localização no espaço e no tempo. In **Aprendizagem da Geografia e da História**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 105-123.

UZUN, Julia Rany Campos. O corpo como registro do tempo e do espaço. In **Aprendizagem da Geografia e da História**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 80-104.

UZUN, Julia Rany Campos. Os objetivos da BNCC para o ensino de Geografia nas séries iniciais. In **Aprendizagem da Geografia e da História**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 50-77.

UZUN, Julia Rany Campos. Os objetivos da BNCC para o ensino de História na educação infantil e nos anos iniciais. In **Aprendizagem da Geografia e da História**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 26-49.

UZUN, Julia Rany Campos. Registro e narrativa pessoal. In **Aprendizagem da Geografia e da História**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2019. Pp. 1-27.

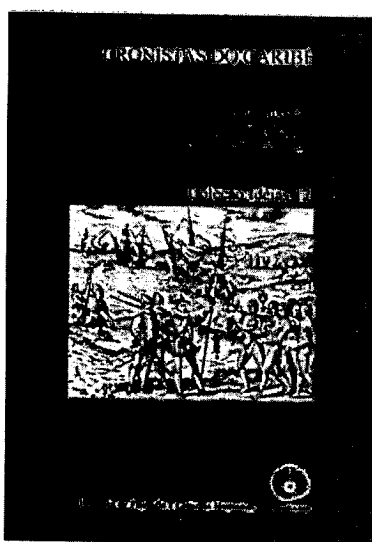
UZUN, Julia Rany Campos (et. all) Apresentação. In **História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura**. Rio de Janeiro/Recife: Autografia/EDUPE, 2018, pp. 3-5.

UZUN, Julia Rany Campos. O Brasil do açúcar: economia agroexportadora, expansão territorial e a sociedade do açúcar. In **História do Brasil**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017. Pp. 18-30

UZUN, Julia Rany Campos. O Brasil minerador: o ciclo do ouro, a religião na colônia e a chegada da Família Real. In **História do Brasil**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017. Pp. 31-45.

UZUN, Julia Rany Campos. Os primeiros esforços colonizadores: as Grandes Navegações, a chegada dos portugueses e o período pré-colonial. In **História do Brasil**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2017. Pp. 04-17

UZUN, Julia Rany Campos. Cuando la memoria se convierte en imagen. El "Paseo de la Reforma" y la construcción de la representación del pasado mexicano. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015. Pp. 346-369.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5322113>



UZUN, Julia Rany Campos. Nem índio nem colonizador: O Inca Garcilaso de la Veja e a Flórida ou História do Descobrimento daquela Península por Hernando Soto. In **Cronistas do Caribe**. Campinas: IFCH, 2012.

<https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/1704>

C) Artigos publicados em periódicos

UZUN, Julia Rany Campos (et all). O periódico O Estandarte enquanto veículo de educação presbiteriana entre os anos de 1893 e 1903. Research Society and

Development, vol. 9, Nº 9, 2020.
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8233/7606>

UZUN, Julia Rany Campos; MOURA, Carlos André Silva de. Religiões, laicidade e ensino de História: diálogos culturais para o trabalho em sala de aula. Revista Projeto História, vol. 67, 2020.
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/48236>

UZUN, Julia Rany Campos. Cantando para o Senhor: o surgimento da cultura gospel no Deep South norte-americano. Anais do IV Simpósio do Gt História das Religiões e das Religiosidades da Associação Nacional de História Regional Sul. 2015.

UZUN, Julia Rany Campos. Quando a educação constrói identidades: Brasil e Argentina no transcorrer dos séculos XIX e XX. Revista Fronteiras, vol. 19, 2011.
<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8114>

DOCÊNCIA

- Meu Colégio – Sistema Etapa – Paulínia

Professora de História, Sociologia e Filosofia. Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Utilização da plataforma digital Google Education. Carga horária: 12 horas.

Período: de janeiro a abril de 2020.

- Colégio Anglo – Cosmópolis

Professora de História, Sociologia e Filosofia. Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Utilização da plataforma digital Plurall. Carga horária: 06 horas.

Período: de julho de 2019 a abril de 2020.

- Cursinho Pré-Vestibular Toca do Bixo – Hortolândia

Coordenadora da área de Humanidades. Carga horária: 8 horas.

Período: de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020.

- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Professora-estagiária das disciplinas de Práticas do Ensino de História, Teoria em História Cultural e História dos Estados Unidos, dentro do Programa de Estágio Docente da Universidade.

Período: de julho de 2014 a julho de 2017.

- Colégio Semear Dornellas

Escola da rede particular de Campinas – SP. Professora substituta de História e Geografia do Ensino Fundamental II. Carga horária: 18 horas.

Período: de janeiro a julho de 2014.

- Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Escola da rede particular de Ribeirão Preto – SP. Professora de História do Ensino Fundamental II. Carga horária: 10 horas.

Período: de janeiro de 2009 até julho de 2010

- EMEB Maurício Leite de Moraes

Escola de ensino básico da rede municipal de Orlândia – SP – contrato por tempo determinado. Professora de História e Artes (PEB-II). Carga horária: 27 horas.

Período: de abril a dezembro de 2008.

- EMEF Profª Adalgisa Perim Balestro Franzini

Escola da rede municipal de Araras – SP. Professora efetiva de História (PEB-II) do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Carga horária: 38 horas.

Período: de setembro de 2007 a março de 2008.

- E.E. Professor Tomás Alves

Estágio vinculado à licenciatura. Professora de História para o Ensino Médio. Utilização de diversos tipos de documentos, como imagens, fotografias, mapas, músicas, obras de arte, além de alguns jogos, com o intuito de fazer os adolescentes despertarem para o conhecimento histórico.

Período: de março a dezembro de 2006.

- Cursinho Popular Machado de Assis

Professora de História e Geopolítica para preparação de alunos para o vestibular. Programa vinculado ao grupo de extensão da Universidade Estadual de Campinas. Projeto social.

Período: de março a dezembro de 2006.

- PAD – Programa de Apoio Didático

Monitora da disciplina Teoria da História I, responsável pelo plantão de dúvidas, pela organização da bibliografia, além de auxílio no preparo do cronograma do curso.

Período: de março a julho de 2006.

- Cursinho da Moradia Estudantil - CMU

Professora de História e Filosofia para preparação de alunos para o vestibular. Programa vinculado ao grupo de extensão da Universidade Estadual de Campinas. Projeto social.

Período: de janeiro a dezembro de 2005.

- Movimento Abrindo Portas (MAP)

Educadora (alfabetização e educação básica) de jovens e adultos. Projeto social vinculado ao grupo de extensão da Universidade Estadual de Campinas.

Período: abril a novembro de 2003.

OUTRAS ATIVIDADES

- Olimpíada Brasileira de Astronomia – OBA

Correção das provas do Ensino Fundamental II

Período: 2009

- Curso e Colégio Objetivo Campinas

Correção de simulados no formato dos vestibulares da Unicamp e Fuvest.

Período: segundo semestre de 2006.

- Universidade de Portas Abertas (UPA)

Elaboração e apresentação da Oficina temática: “Propaganda política nos regimes nazi-fascistas”.

Monitoria no stand do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Período: setembro de 2004, 2005 e 2006.

CONHECIMENTOS RELEVANTES

- Certificação Google Scholar Professor
- Informática: nível avançado em MS Office, Windows e Internet.
- Inglês: nível avançado em leitura, conversação e escrita.
- Espanhol: nível avançado em leitura, conversação e escrita.
- Francês: nível intermediário em leitura, conversação e escrita.
- Italiano: nível intermediário em leitura e escrita.

ANEXOS

ANEXO 1

Extrato CNIS de Julia Rany Campos Uzun, proprietária da MEI que pleiteia a manutenção do recurso, indicando:

- A) Fim do vínculo empregatício em 06/04/2020, como ação coletiva devido ao início da pandemia de COVID-19, junto ao Instituto Cristão de Educação.
- B) Fim do contrato para elaboração de materiais didáticos (apostilas, questões, podcasts e aulas virtuais) da disciplina História do Brasil para a Unigranrio (Companhia Nilza Cordeiro Herdy de Educação e Cultura), terminado em março de 2020.
- C) Fim do contrato para elaboração de materiais didáticos (apostilas, questões, podcasts e aulas virtuais) da disciplina Patrimônio Cultural para a Universidade São Francisco (Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana), terminado em abril de 2020.
- D) Primeira parcela da contribuição ao INSS através da MEI, em outubro de 2020.

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

Identificação do Filiado

NIT: 190.30549.04-4

CPF: 318.811.008-12

Nome: JULIA RANY CAMPOS UZUN

Data de nascimento: 04/05/1985

Nome da mãe: SOLANGE APARECIDA CAMPOS

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp./NB	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filiado no Vínculo	Últ. Remun.	Indicadores
1	190.30549.04-4	44.215.846/0001-14	MUNICIPIO DE ARARAS	18/09/2007	17/03/2008	Empregado	03/2008	PRPPS
2	129.12883.15-8	45.351.749/0001-11	MUNICIPIO DE ORLANDIA	14/04/2008	31/12/2008	Empregado	12/2008	
3	190.30549.04-4	42.270.181/0001-16	FUNDAÇÃO CESGRANRIO	01/12/2008	31/12/2008	Contribuinte Individual		
4	129.12883.15-8	56.012.131/0001-43	COLEGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	26/01/2009	02/08/2010	Empregado	08/2010	
5	129.12883.15-8	46.379.400/0001-50	ESTADO DE SÃO PAULO	02/04/2009		Empregado		PEXT
6	129.12883.15-8	46.384.111/0001-40	SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	02/04/2009	31/12/2011	Empregado	12/2009	PEXT
7	129.12883.15-8	07.220.176/0001-06	COLEGIO QUEIROZ BRUNELLI LTDA	16/04/2013	30/04/2013	Empregado	04/2013	
8	129.12883.15-8	11.285.262/0001-66	COLEGIO SEMEAR DORNELAS EIRELI	22/01/2014	21/04/2014	Empregado	04/2014	
9	190.30549.04-4		RECOLHIMENTO	01/08/2016	31/08/2016	Facultativo		PREC-FACULTCONC
10	129.12883.15-8	05.808.792/0001-49	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	01/01/2017	31/03/2017	Contribuinte Individual		
11	190.30549.04-4	14.399.611/0001-69	PERRY LOUIS KRASSNER	13/01/2017	24/02/2017	Empregado	02/2017	
12	190.30549.04-4	00.727.592/0001-48	SESAMO - PRODUTOS DIDÁTICOS E LITERÁRIOS S/S LTDA	01/09/2018	30/11/2018	Contribuinte Individual		
13	190.30549.04-4	01.357.675/0001-55	SCRIBA PRODUTOS DIDÁTICOS E LITERÁRIOS	01/09/2018	30/11/2018	Contribuinte Individual		
14	190.30549.04-4	08.219.802/0001-07	DELINEA TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA	01/07/2019	31/07/2019	Contribuinte Individual		
15	190.30549.04-4	01.367.958	CIATECH TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA.	01/10/2019	31/10/2019	Contribuinte Individual		
16	190.30549.04-4	09.316.766	INSTITUTO CRISTÃO DE EDUCAÇÃO LTDA	03/02/2020	06/04/2020	Empregado	04/2020	
17	190.30549.04-4	29.403.763	COMPANHIA NILZA CORDEIRO HERDY DE EDUCAÇÃO E CULTURA	01/03/2020	31/03/2020	Contribuinte Individual		
18	190.30549.04-4	33.495.870/0004-80	CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA	01/04/2020	30/04/2020	Contribuinte Individual		
19	190.30549.04-4		RECOLHIMENTO	01/10/2020	31/10/2020	Contribuinte Individual		



INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Extrato Previdenciário

Página 2 de 2

27/12/2020 20:58:47

Identificação do Filiado

NIT: 190.30549.04-4

CPF: 318.811.008-12

Nome: JULIA RANY CAMPOS UZUN

Data de nascimento: 04/05/1985

Nome da mãe: SOLANGE APARECIDA CAMPOS

Legenda de Indicadores

Indicador	Descrição	Indicador	Descrição
PREC-FACULTCONC	Recolhimento ou período de contribuinte facultativo concomitante com outros vínculos	PREC-MENOR-MIN	Recolhimento abaixo do valor mínimo
PRPPS	Vínculo de empregado com informações de Regime Próprio (Servidor Público)	PEXT	Vínculo com informação extemporânea, passível de comprovação
IREC-LC123	Recolhimento no Plano Simplificado de Previdência Social (LC 123/2006)		



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#!/aberto/autenticidade>
com o código 2012276TG9BJ38

ANEXO 2

Declaração de Mariana Martinato, gerente de operações e projetos do Portal Clickideia Tecnologia Educacional, comprovando a experiência de Julia Rany Campos Uzun com o trabalho com educação patrimonial desde dezembro de 2013, indicando sua atuação na área da cultura, da história e do patrimônio há cerca de 7 anos.

Campinas, 20 de novembro de 2020


Declaro aos devidos fins que Julia Rany Campos Uzun, portadora do RG 27.899.808-2 e CPF 318.811.008-12 é conteudista do Portal Clickideia Tecnologia Educacional desde dezembro de 2013, sem vínculo empregatício, atuando nos componentes curriculares de Ensino Religioso, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

A conteudista coordena a produção da área de Humanidades, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, sendo responsável pela criação dos seguintes projetos pedagógicos em andamento:

- A) Projeto Cidades Brasileiras: apresentação do patrimônio histórico, artístico e cultural nacional
- B) Projeto Ocupando o Brasil: discussão sobre os movimentos culturais de regionalização do país
- C) Projeto Religiões Brasileiras: divulgação das práticas locais características de cada religião ligadas ao patrimônio imaterial brasileiro

Ressalto que a conteudista permanece em nosso quadro de colaboradores durante o período da pandemia causada pela COVID-19 com produção reduzida em 50%, como os demais profissionais vinculados à instituição.

Por seu excelente trabalho junto à Equipe Clickideia, recomendo a profissional para quaisquer atividades no campo da educação patrimonial, da capacitação de professores e na elaboração de conteúdo.



Mariana Martinato
Gerente de Operações e Projetos

ANEXO 3

- A) Solicitação de abertura de MEI para as contratações na plataforma de elaboração de materiais Delinea (que gerencia diversos centros educacionais no Brasil, para a qual eu estou terminando um projeto sobre Patrimônio Ferroviário).
- B) Solicitação de abertura de MEI pela Equipe Plurall, vinculada ao grupo Anglo de Ensino, para oferta de tutoria online entre os meses de julho e agosto de 2020, que não pode ser aceita pelo compromisso com o CNPq, que impedia a abertura de empresa antes do término do doutorado, levando ao não fechamento do contrato.

Processo de contratação Delinea MUDOU!

De: Michele Dutra (michele.dutra@delinea.com.br)

Cco: professorajuliahistoria@yahoo.com.br

Data: quinta-feira, 1 de outubro de 2020 16:23 BRT

Olá colega da equipe externa!

A partir do mês de outubro de 2020 iremos priorizar a contratação de profissionais que possuam PJ (empresa com sócios) ou MEI em nossas contratações para a equipe de produção de conteúdo.

Esta ação visa otimizar nosso processo interno de contratação e pagamento de terceiros.

Caso queira continuar sendo nosso fornecedor você terá acesso a mais informações para abertura do MEI através dos links abaixo:

[6 passos para a formalização do MEI](#)

[Formalize-se](#)

Para quem tiver interesse e realizar a abertura pode atualizar as informações no Banco de dados através do link: [Banco de Dados Delinea](#)

Projetos que estejam em andamento com a modalidade de contratação como Pessoa Física (RPA) serão pagos normalmente, conforme as aprovações, até o encerramento da demanda.

Sigo a disposição.



Michele Dutra

Analista de Recursos Humanos

+55 48 3207.3414 (r218)

michele.dutra@delinea.com.br

delinea.com.br



Re: Tutoria Online Plurall

De: Equipe Plurall (contato@tutoria.plurall.net)

Para: professorajuliahistoria@yahoo.com.br

Data: quinta-feira, 13 de agosto de 2020 09:56 BRT

Bom dia, Julia!

Poxa, que pena! De qualquer forma, agradecemos pelo seu retorno e nos colocamos à disposição caso queira retomar o contato futuramente.
Atenciosamente,

Em qua., 12 de ago. de 2020 às 20:00, Julia Rany Campos Uzun <professorajuliahistoria@yahoo.com.br> escreveu:

Olá, tudo bem?

Eu fiquei realmente interessada nas atividades propostas da monitoria. No entanto, como já possuímos um MEI aberto na família em nome do meu marido (com as mesmas finalidades da que seria aberta em meu nome, inclusive), fica pouco viável abrir uma segunda empresa para a realização das atividades.

Caso, no futuro, a empresa possa abrir a possibilidade para que os prestadores de serviço façam seu cadastro com um MEI em nome de terceiros, ainda que com vínculo familiar, gostaria imensamente de fazer parte da Equipe Plurall.

Muito obrigada pelo contato. Espero que possamos trabalhar juntos em breve,

Julia Rany Campos Uzun

Mestra e doutoranda em História Cultural

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Brasil

Estágio supervisionado no Colegio Mexiquense - Toluca - México

Em quarta-feira, 12 de agosto de 2020 19:55:06 BRT, Equipe Plurall <contato@tutoria.plurall.net> escreveu:

Olá, Julia!

No nosso último contato, informamos que MEI deve estar vinculado ao CPF do próprio prestador de serviço. Diante dessa condição, gostaríamos de confirmar se ainda há interesse da sua parte na Tutoria Online do Plurall.

Atenciosamente,

Em sex., 17 de jul. de 2020 às 09:27, Julia Rany Campos Uzun <professorajuliahistoria@yahoo.com.br> escreveu:

Olá, tudo bem?

O MEI está aberto em nome do meu companheiro (temos uma união estável). Normalmente utilizamos dessa forma. Vocês não aceitam?

Aguardo retorno, obrigada,

Julia Rany Campos Uzun

Enviado do Yahoo Mail para iPhone

Em sexta-feira, julho 17, 2020, 9:24 AM, Equipe Plurall <contato@tutoria.plurall.net> escreveu:

Olá, Julia!

Identificamos que todos os comprovantes, com exceção do RG e comprovante de residência, estão no nome de terceiros. O CCMEI, a Inscrição Municipal, o comprovante CNPJ e a conta jurídica devem estar associados ao CPF do prestador de serviço.

Atenciosamente,

Em qua., 15 de jul. de 2020 às 18:40, Julia Rany Campos Uzun
<professorajuliahistoria@yahoo.com.br> escreveu:

Olá Equipe Plurall,
muito obrigada pela atenção. O formulário e os documentos já foram enviados.
Um abraço,

Julia Rany Campos Uzun
Mestra e doutoranda em História Cultural
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Brasil
Estágio supervisionado no Colegio Mexiquense - Toluca - México

Em quarta-feira, 15 de julho de 2020 14:44:07 BRT, Equipe Plurall <contato@tutoria.plurall.net> escreveu:

Olá, Julia!

Pedimos desculpas pelo inconveniente. Você pode acessar o formulário por esse [link](#).

Atenciosamente,

Em qua., 15 de jul. de 2020 às 14:06, Julia Rany Campos Uzun
<professorajuliahistoria@yahoo.com.br> escreveu:

Olá, tudo bem?
Tenho interesse em realizar o trabalho de tutoria na plataforma de dúvidas do Plurall. Já tenho MEI aberto e alvará de funcionamento, mas não consegui abrir o formulário no e-mail anterior - não havia link para direcionar o usuário para algum formulário, ainda que aparentemente a página estivesse com um hyperlink. Vocês poderiam enviar o formulário para mim novamente?
Agradeço desde já pela atenção, um abraço,

Julia Rany Campos Uzun
Mestra e doutoranda em História Cultural
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Brasil
Estágio supervisionado no Colegio Mexiquense - Toluca - México

Em segunda-feira, 13 de julho de 2020 19:21:58 BRT, Equipe Plurall
<contato@tutoria.plurall.net> escreveu:

Olá, Julia, como vai?

Você preencheu o formulário de interesse da [Tutoria Online do Plurall](#) e, por isso, estamos entrando em contato.

O que é a Tutoria Online?

Por meio da plataforma de dúvidas do Plurall, o prestador pode responder as dúvidas dos estudantes das escolas parceiras e dos livros didáticos das editoras do grupo SOMOS Educação que têm acesso ao Plurall. O serviço é feito com equipamento próprio e sem exigência de carga horária mínima ou horário fixo, é feito de qualquer local, não há vínculo empregatício e é autônomo.

Qual é a remuneração?

A remuneração é de R\$3,50 por dúvida (pergunta inicial feita por um estudante, ancorada em uma questão ou capítulo de livro didático) respondida e de R\$ 2,00 por comentário (pergunta secundária feita por um estudante, ancorada em uma dúvida inicial) respondido.

O que preciso ter?

Além do equipamento próprio (computador, internet e ambiente de trabalho), é necessário possuir MEI (Micro Empreendedor Individual), dado que o pagamento será feito somente através de nota fiscal.

Para começar a responder dúvidas, siga as etapas abaixo:

1. Abertura de MEI/Emissão de Alvará

Caso você ainda não tenha MEI, inicie o seu processo de abertura no site oficial (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>). Esse processo é online e o CNPJ é criado na hora. Indicamos que se cadastre como *professor particular, independente*. Também é necessário que emita o Alvará de funcionamento, que é o documento que registra a sua empresa dentro do seu município. Para obtê-lo, você deverá se informar junto à prefeitura da sua cidade.

Diante da pandemia que estamos enfrentando, o atendimento das prefeituras de várias cidades está paralisado. Sendo assim, indicamos que você pesquise a situação da cidade em que reside antes de iniciar a abertura da MEI, uma vez que precisamos de todos os documentos referentes à Pessoa Jurídica para iniciar o cadastro como prestador de serviço e o MEI tem um custo mensal.

2. Abertura da conta jurídica

Já com a MEI, você deve abrir uma conta bancária como Pessoa Jurídica. Alguns bancos abrem contas jurídicas sem cobrar nenhum tipo de taxa, como banco Original, Neon e Inter. Consulte o gerente do seu banco de preferência.

3. Anexe os documentos necessários para seu cadastro

Após reunir toda a documentação, preencha esse formulário.

Uma vez que a sua documentação estiver completa, nós finalizaremos o seu cadastro como prestador na companhia. Este processo pode levar de 5 a 10 dias úteis. Depois disso, você pode começar a responder dúvidas!

Pedimos, por gentileza, que nos comunique, caso tenha interesse ou não.

Atenciosamente,
Equipe Plurall

ANEXO 4

Comprovação da data de titulação do doutorado e impedimento da abertura de MEI antes da finalização do processo.

- A) Ata de defesa do doutorado, ocorrida em 03 de setembro de 2020
- B) Diploma de conclusão do doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas
- C) Portaria conjunta do CNPq que exige trabalho exclusivo do bolsista como pesquisador, permitindo apenas que ele atue como docente com carga horária reduzida (e não como qualquer outra atividade, remunerada ou não, enquanto vinculado à entidade)

Ata da Sessão pública de defesa de tese para obtenção do título de Doutora em História, na área de História Cultural, a que se submeteu a aluna Júlia Rany Campos Uzun - RA 24161, orientada pela Profa. Dra. Eliane Moura da Silva.

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às 14:00 horas, no(a) Integralmente à Distância da UNICAMP, reuniu-se a Comissão Examinadora da defesa em epígrafe indicada pela Comissão de Pós-Graduação do(a) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, composta pela Presidente e Orientadora Dra. Eliane Moura da Silva (Universidade Estadual de Campinas) (por videoconferência) e pelos membros Dr. Gustavo de Souza Oliveira (Universidade Federal de Uberlândia - UFU) (por videoconferência), Dr. Carlos André Silva de Moura (Universidade de Pernambuco) (por videoconferência), Dr. Mairon Escorsi Valério (Universidade Federal da Fronteira Sul) (por videoconferência) e Dra. Edile Maria Fracaro Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) (por videoconferência), para analisar o trabalho da candidata Júlia Rany Campos Uzun, apresentado sob o título "Educar meninas para tirá-las dos perigos do mundo: o projeto religioso das Filhas de Maria Auxiliadora para a Primeira República brasileira (1892-1934)".

A Presidente declarou abertos os trabalhos, a seguir a candidata dissertou sobre o seu trabalho e foi arguida pela Comissão Examinadora. Terminada a exposição e a arguição, a Comissão reuniu-se e deliberou pelo seguinte resultado:

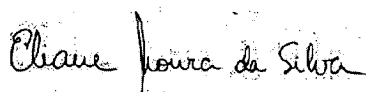
[x] APROVADO

[] APROVADO CONDICIONALMENTE (ao atendimento das alterações sugeridas pela Comissão Examinadora especificadas no parecer anexo)

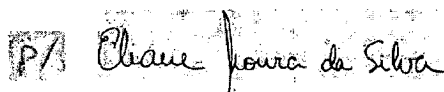
[] REPROVADO (anexar parecer circunstanciado elaborado pela Comissão Examinadora).

Para fazer jus ao título de Doutora, a versão final da tese, considerada Aprovada ou Aprovada Condicionalmente, deverá ser entregue à CPG dentro do prazo de 60 dias, a partir da data da defesa. De acordo com o previsto na Deliberação CONSU-A-10/2015, Artigo 42, parágrafo 1º, inciso II e parágrafo 2º, a aluna Aprovada Condicionalmente que não atender a este prazo será considerada Reprovada. Após a entrega do exemplar definitivo e a sua conferência pela CPG, o resultado será homologado pela Comissão Central de Pós-Graduação da UNICAMP, conferindo título de validade nacional aos aprovados.

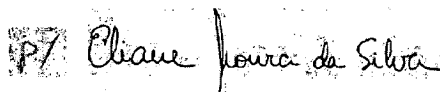
Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declara a sessão encerrada, sendo a ata lavrada por mim, que segue assinada pelos Senhores Membros da Comissão Examinadora, pelo Coordenador da Comissão de Pós-graduação, com ciência da aluna.



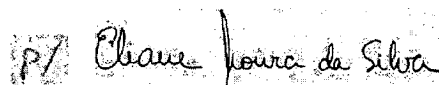
Dra. Eliane Moura da Silva
Presidente da Comissão Examinadora



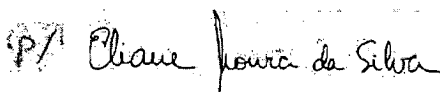
Dr. Gustavo de Souza Oliveira



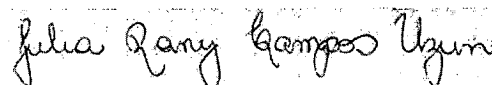
Dr. Carlos André Silva de Moura



Dr. Mairon Escorsi Valério



Dra. Edile Maria Fracaro Rodrigues



Júlia Rany Campos Uzun

Aluno(a)



DANIEL GOMES HATAMOTO
UNICAMP - IFCH - CPG
Matrícula 308395

Secretaria de Pós Graduação



Prof. Dr. Michel Nicolau Netto
Coordenador(a) da CPG

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE

Verifique a autenticidade deste documento na página

www.dac.unicamp.br Código:

011879816fa51470bc06fe9d3753808f1be49674

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Comissão Central de Pós-Graduação

Rua 6 de Agosto, 50 - Cidade Universitária - Barão Geraldo - Campinas/SP -13083-970



Universidade Estadual de Campinas

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a conclusão em 03-09-2020, do Curso de Doutorado em História, ministrado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reconhecido pela Portaria MEC nº 609 de 14-03-2019, confere o título de

Doutora em História

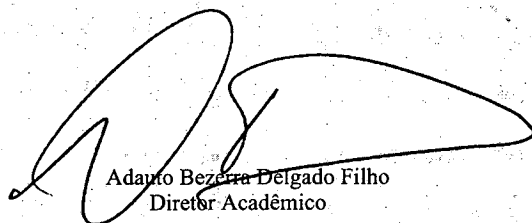
na área de História Cultural a

Júlia Rany Campos Uzun

Brasileira, natural do Estado de São Paulo, nascida a 04 de maio de 1985, RG: 27899808-2-SP

de acordo com a defesa de tese homologada em 27-10-2020, pela Comissão Central de Pós-Graduação, Deliberação CCPG nº 52362 de 27-10-2020, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

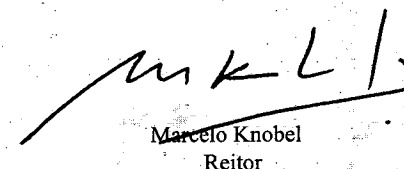
Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 29 de outubro de 2020



Adauto Bezerra Delgado Filho
Diretor Acadêmico



Nancy Lopes Garcia
Pró-Reitora de Pós-Graduação



Marcelo Knobel
Reitor





UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação – Diretoria Acadêmica

Verifique a autenticidade deste diploma na página, www.dac.unicamp.br,
código Chave: 85172A26 8316DCFB DA717B2B 3468CAE7 9D1F28EA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Diretoria de Registro e Arquivo de Diplomas e Documentos

Diploma registrado sob nº RD-027199

Proc. nº PD-020016/2020 nos termos do Art. 48 da Lei 9394/96

Campinas, 29 de Outubro de 2020

Ângela de Noronha Bignami
Secretária Geral

Este documento foi assinado digitalmente por

Marcella Rodrigues Rondineli (Diretora de Serviço)

Data: 29/10/2020 17:13:36 (Horário de Brasília)

Nos termos do Art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001



SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 106, DE 15 DE JULHO DE 2010

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso da delegação de competência conferida pelo art. 1º, da Portaria MCT nº 80, de 03 de fevereiro de 2010, observando o disposto no art. 55, inc. II, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2010, e considerando a necessidade de ajustar o detalhamento da despesa de dotação orçamentária consignada à Administração Direta por meio de emenda parlamentar, a fim de disponibilizar recursos para aplicação por entidade privada sem fins lucrativos, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do anexo a esta Portaria, alteração da modalidade de aplicação de dotação orçamentária consignada pela Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, Lei Orçamentária Anual, LOA/2010, e em seus créditos adicionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO ANDRADE

Fiscal		R\$ 1,00			
		ANEXO			
Código/Especificação	Fonte	Redução		Acréscimo	
		Modalidade	Valor	Modalidade	Valor
24.101 Ministério da Ciência e Tecnologia 19.126.1008.6492.0025 Fomento à Elaboração e Implan- tação de Projetos de Inclusão Digital - No Estado da Paraíba (PTRES 054831)	0.100	3.3.99	1.000.000	3.3.50	1.000.000
TOTAL			1.000.000		1.000.000

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 15 DE JULHO DE 2010

Os Presidentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no uso das atribuições que lhes são conferidas respectivamente pelo Decreto nº 6316, de 20/12/2007 e pelo Decreto nº 4728, de 09/06/2003, resolvem:

Art. 1º Os bolsistas da CAPES e do CNPq matriculados em programa de pós-graduação no país poderão receber complementação financeira, proveniente de outras fontes, desde que se dediquem a atividades relacionadas à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica.

§ 1º É vedada a acumulação de bolsas provenientes de agências públicas de fomento.

§ 2º Os referidos bolsistas poderão exercer atividade remunerada, especialmente quando se tratar de docência como professores nos ensinos de qualquer grau.

Art. 2º Para receber complementação financeira ou atuar como docente, o bolsista deve obter autorização, concedida por seu orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrada no Cadastro Discente da CAPES.

Art. 3º No caso de comprovado desrespeito às condições estabelecidas na presente portaria, o bolsista será obrigado a devolver a CAPES ou CNPq os valores recebidos a título de bolsa, corrigidos conforme a legislação vigente.

Art. 4º A concessão prevista nesta Portaria não exime o bolsista de cumprir com suas obrigações junto ao curso de pós-graduação e à agência de fomento concedente da bolsa, inclusive quanto ao prazo de vigência da bolsa.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente da CAPES

CARLOS ALBERTO ARAGÃO
DE CARVALHO FILHO
Presidente do CNPq

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 15 DE JULHO DE 2010

Os Presidentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no uso das atribuições que lhes são conferidas respectivamente, pelo Decreto nº 6316, de 20/12/2007 e pelo Decreto nº 4728, de 09/06/2003, resolvem:

Art. 1º Autorizar o recebimento da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) ou de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) do CNPq, bem como dos recursos financeiros relativos ao Adicional de Bancada a elas vinculados, pelos bolsistas beneficiários destas modalidades que estejam participando do Programa de Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS) da CAPES.

Parágrafo Único: O nível da bolsa PQ ou DT e sua vigência ficam inalterados, devendo o interessado solicitar renovação nos prazos regulares de acordo com o calendário do CNPq.

Art. 2º Para efeito desta Portaria, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigência na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente da CAPES

CARLOS ALBERTO ARAGÃO
DE CARVALHO FILHO
Presidente do CNPq

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 14 de julho de 2010

366ª Relação de Credenciamento - Lei 8.010/90.

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SE- CITEC	900.1114/2010	04.921.881/0001-34
Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira - IEAPM	900.1115/2010	10.573.118/0001-62

ERNESTO COSTA DE PAULA

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.

Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono in memoriam da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

